

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Curso de História – Bacharelado



Trabalho de Conclusão de Curso

Aqui se faz um fim para a Vila:

a Guerra às Drogas e a criminalização da pobreza na cidade de Porto Alegre/RS.

Leonardo Tavares Pereira

Leonardo Tavares Pereira

Aqui se faz um fim para a Vila:

a Guerra às Drogas e a criminalização da pobreza na cidade de Porto Alegre/RS.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em História.

Orientador: Adhemar Lourenço da Silva Junior

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

P436a Pereira, Leonardo Tavares

Aqui se faz um fim para a vila : a guerra às drogas e a criminalização da pobreza na cidade de Porto Alegre/RS / Leonardo Tavares Pereira ; Adhemar Lourenço da Silva Junior, orientador. — Pelotas, 2022.

85 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Guerra às drogas. 2. Criminalização da pobreza. 3. Encarceramento em massa. 4. Etnocídio. I. Silva Junior, Adhemar Lourenço da, orient. II. Título.

CDD : 981.65

Leonardo Tavares Pereira

Aqui se faz um fim para a Vila: a Guerra às Drogas e a criminalização da pobreza na cidade de Porto Alegre/RS.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 29/11/2021

Banca examinadora:

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Júnior (Orientador)

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Ana Inez Klein

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho a minha mãe, Arlei Schaurich Tavares e a meu falecido pai, Luiz Paulo Schardosin Pereira.

Agradecimentos

Agradeço a minha família que me apoiou e incentivou aos estudos. Especialmente a meu dindo, Waldomiro Schardosin Pereira, e a minha dinda, Silvana Souza, assim como a minha dinda, Sirlei Ribeiro, por sempre abrirem as portas de suas vidas para mim, minha mãe e meu irmão.

Agradeço a minha namorada, Máira de Mello Silva, por todo amor e companheirismo e a minha cunhada, Eliza de Mello Silva, por toda a ajuda e apoio.

Agradeço a todos os professores e professoras e as técnicas administrativas dos cursos de História da UFPel por me ensinar e auxiliar nessa jornada de formação. Assim como a todos os funcionários e funcionárias do ICH.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que lutaram e lutam pela educação e por um mundo melhor, que me possibilitaram estar aqui.

Resumo

PEREIRA, Leonardo Tavares. **Aqui se faz um fim para a Vila: a Guerra às Drogas e a criminalização da pobreza na cidade de Porto Alegre/RS.** Orientador: Adhemar Lourenço da Silva Junior. 2021. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (História – Bacharelado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

O presente estudo visa à análise da criminalização da pobreza e da Guerra às Drogas na cidade de Porto Alegre/RS. Para isso se apresenta, brevemente, o processo histórico da Guerra às Drogas no Brasil. Perpassando os processos históricos da colonização, da escravidão e do etnocídio, demonstrando as influências estadunidenses e a americanização da cultura brasileira. Apresentamos, então, a proibição das drogas no Brasil e o contexto das facções no município. Posteriormente demonstramos o desenvolvimento da criminalização da pobreza nos EUA, com a transformação do Estado Caritativo em Estado Penal. Buscamos pontuar o que caracteriza a criminalização da pobreza e a Guerra às Drogas, bem como a forma desse processo no contexto gaúcho. Apresentamos as fontes online nas quais esse estudo se baseou. Mostramos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de alguns bairros porto-alegrenses, os separando em grupos pelas suas semelhanças. Examinamos as desigualdades sociais desses bairros, por meio de dados, e analisamos a relação da pobreza, violência e o cárcere. Também evidenciamos a existência da criminalização da pobreza, da Guerra às Drogas e do encarceramento em massa na cidade de Porto Alegre/RS. Por fim, dissertamos a respeito do que podemos esperar para o futuro do município e do estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Guerra às Drogas. Criminalização da pobreza. Encarceramento em massa. Etnocídio.

Abstract

PEREIRA, Leonardo Tavares. Here a “Vila” / Village comes to an end: the Drug War and the criminalization of poverty in the city of Porto Alegre/RS. Adviser: Adhemar Lourenço da Silva. 2021. 84 f. End-of-Course Paper (History – Bachelor Degree) – Institute of Human de Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

The present study aims at analyzing the criminalization of poverty and the Drug War in the city of Porto Alegre/RS. In order to do this, there is a brief presentation concerning the historical process of the Drug War in Brazil. Involving the historical processes of colonization, slavery and ethnocide, showing the American influences and the Americanization of the Brazilian culture. Thus, we present, the prohibition of drugs in Brazil and the context of factions in the city. After that, we present the development of criminalization of poverty in the USA, with the transformation from a Charitable State to a Criminal State. We sought to point out what characterizes the criminalization of poverty and the Drug War as well as how this process could be seen in the gaucho context. We mentioned the online sources which this study was based on. We showed the Municipal Human Development Index of some boroughs in Porto Alegre, separating them in groups according to their similarities. We expressed the social inequalities of these boroughs, through data, and analyzed the relationship between poverty, violence and prison. We also highlighted the existence of criminalization of poverty, Drug War and mass incarceration in the city of Porto Alegre/RS. Finally, we discussed in regard to what is to be expected for the future of the city and of the state of Rio Grande do Sul.

Keywords: Drug War. Criminalization of poverty. Mass incarceration. Ethnocide.

Sumário

Introdução	9
1 Uma breve história da Guerra às Drogas no Brasil	11
1.1 A colonização, a escravização e o etnocídio: um projeto eurocêntrico.....	12
1.2 As influências dos EUA no Brasil: Doutrina Monroe e americanização da cultura brasileira.....	14
1.3 Da proibição das drogas à Guerra às Drogas no Brasil.....	16
1.4 A Guerra às Drogas no RS e Porto Alegre: as facções.....	19
2 A criminalização da pobreza: a partir de Wacquant	24
2.1 A transformação do Estado Caritativo em Estado Penal.....	25
2.2 O que configura a construção de um Estado Penal e a Guerra às Drogas: quais as formas de medir a criminalização da pobreza.....	30
2.3 Adaptando o conceito de criminalização da pobreza: o caso de Porto Alegre.....	36
3 A Criminalização da Pobreza e a Guerra às Drogas na cidade de Porto Alegre/RS (2000-2021)	40
3.1 O levantamento das fontes online: o censo do IBGE, os observatórios, relatórios, livros, notícias, anuários, indicadores, portal da transparência, secretarias e a SUSEPE.....	41
3.2 Apresentando os grupos: os bairros com o maior IDHM, os bairros com o menor IDHM e os bairros com o maior número absoluto de homicídios.....	43
3.3 A relação entre a pobreza, a violência e o cárcere.....	46
3.4 A efetiva criminalização da pobreza em Porto Alegre: a análise dos dados através da ótica do etnocídio, da criminalização da pobreza e da Guerra às Drogas.....	59

3.5 Os dias atuais: “A paz é consequência da vitória”.....	70
Considerações finais	77
Referências	83

Introdução

A presente monografia é resultado de minhas experiências de vida, enquanto morador do bairro Passo das Pedras em Porto Alegre/RS, local onde passei a maior parte de minha vida, em principal infância e adolescência, e onde pude sentir os tratamentos dispensados às pessoas que vivem naquele bairro, ou seja, às pessoas pobres. Esses tratamentos não são exclusivos para os moradores daquele bairro e nem mesmo para essa época, mas sim eventos que se inserem em um processo histórico muito mais amplo, o processo de genocídio de pobres, pretos e indígenas.

Compreendendo isso, este estudo pretende, então, analisar a continuidade do processo de etnocídio, no contexto de Porto Alegre/RS, através da criminalização da pobreza e da Guerra às Drogas. No primeiro capítulo, será realizada uma breve contextualização histórica do processo de colonização, escravização e etnocídio no país. Observara-se, rapidamente, as influências estadunidenses no processo de construção histórica do Brasil, em especial sob a ótica da Doutrina Monroe no séc. XIX e a “americanização” da cultura brasileira no momento de ascensão das mídias de massas no período varguista no séc. XX. Após isso observaremos, brevemente, a proibição das drogas no Brasil e a transformação, dessa, em uma Guerra às Drogas. Olhara-se a situação do estado do Rio Grande do Sul e a cidade de Porto Alegre, em específico sob o prisma das “facções criminosas”.

No capítulo dois nos debruçaremos sobre a questão da criminalização da pobreza, em específico sob a ótica apresentada por Loïc Wacquant no contexto dos Estados Unidos da América (EUA). Observaremos brevemente, então, a passagem do Estado Caritativo para o Estado Penal nos EUA e a consequente transformação do combate à pobreza em um combate aos pobres. Após observamos esse processo histórico, analisaremos os pontos que configuram, assim, a construção de um Estado Penal e a Guerra às Drogas. O estudo pretende levar essa concepção de criminalização da pobreza para o contexto de Porto Alegre/RS e, por tanto, será importante realizar, aqui, as discussões necessárias para realizar essa análise.

No terceiro e último capítulo tratará da criminalização da pobreza e da Guerra às Drogas em Porto Alegre. Para isso se discutirá o processo de

obtenção das fontes primárias e secundárias, online, para esse estudo, tendo destaque para o ObservaPoA – Observatório da Cidade de Porto Alegre/RS, as secretarias do estado do Rio Grande do Sul, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) do RS, o Raio X da Violência da GZH, o portal da transparência de PoA e relatórios e notícias. Na sequência se apresentarão os dados obtidos pela pesquisa online com destaque para os dados censitários, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), acesso à cultura, infraestruturas e serviços, encarceramento, criminalidade e violência. Após apresentar os dados realizaremos uma análise comparativa entre a pobreza, a violência e o cárcere para compreender quais relações que elas têm entre si. Também será realizada a análise dos resultados apresentados anteriormente através da perspectiva do etnocídio, da criminalização da pobreza e da Guerra às Drogas para então chegar à conclusão da pergunta levantada. Por fim nesse capítulo abordaremos, rapidamente, a situação atual do etnocídio, da criminalização da pobreza e da Guerra às Drogas no RS e quais as perspectivas para o futuro.

Os objetivos dessa monografia são de revelar se existe relação entre a pobreza, a violência e o cárcere na cidade, se há Guerra às Drogas e se é possível verificá-la, se o alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Porto Alegre é presente em todos os bairros ou se há diferença entre eles, se existe um paralelo entre o IDHM, o IVS e os homicídios, qual ligação entre a falta de acesso à cultura, o IDHM e os homicídios, se há concentração de homicídios ou latrocínios em determinados bairros, se há conexão entre o IVS e a disponibilidade de escolas de ensino médio no bairro. Quanto à pergunta levantada por essa monografia é a de que se ocorre à criminalização da pobreza na cidade de Porto Alegre e se é possível observá-la através dos dados. A metodologia utilizada nesse estudo foi a de revisão bibliográfica, análise comparativa e análise quali-quantitativa.

Quanto à escolha do nome para este trabalho, se deu devido à compreensão de que a opressão estabelecida sobre a Vila/periferia é um projeto e parafraseia o rapper Sabotage (1973-2003) na música “Canção Foi Tão Bom”, de 2016, que exemplifica poeticamente esse processo histórico, do qual ele mesmo foi vítima. A troca do termo periferia por Vila se dá assim por reconhecimento dos que lá vivem, os “vileiros”.

1 Uma breve história da Guerra às Drogas no Brasil

O primeiro capítulo será composto por breves revisões bibliográficas para contextualizar, brevemente, o processo histórico em que se insere a criminalização da pobreza e da Guerra às Drogas. O estudo abordará, no primeiro subcapítulo, o período colonial, o processo de escravização e o etnocídio dos povos indígenas, africanos e afrodescendentes por compreender que apesar do período colonial haver historicamente acabado e a escravização abolida, os processos de etnocídio e submissão iniciados com as invasões portuguesas seguem em andamento até os dias atuais, visaremos aqui demonstrar então o seu início.

No segundo subcapítulo se demonstrará algumas das influências estadunidenses no Brasil a partir da concepção da Doutrina Monroe e a americanização da cultura brasileira no período varguista. Esta etapa é de vital importância para a compreensão da construção do Estado Nacional brasileiro que se desenvolve sob a égide da Doutrina Monroe de não permitir nenhuma outra potência americana, além da imposição dessa limitação o próprio Brasil, no período Vargas, passara a adotar a cultura estadunidense como a sua principal referência em um momento de ascensão dos nacionalismos, das mídias de massas, dos movimentos de massas.

No terceiro subcapítulo nos debruçaremos sobre o processo da proibição das drogas pontuando, brevemente, a Guerra do Ópio que foi a primeira guerra moderna pela proibição de drogas. Observaremos, também, a proibição no Brasil e a transformação dessa proibição em uma Guerra às Drogas que é uma guerra contra os pobres, pretos e sem educação formal, alvos acentuados da Lei de Drogas de 2006 que acelerou o processo de encarceramento em massa no país.

Para finalizar o quarto subcapítulo tratará da Guerra às Drogas no estado do Rio Grande do Sul e Porto Alegre, dando ênfase ao processo de surgimento e desenvolvimento das facções gaúchas, processo essencial para o tráfico de drogas, levando em conta que esse está inserido em uma economia global e que o Brasil não é um país produtor de entorpecentes. No mais são as facções, de forma genérica, que são os principais alvos da retórica dessa Guerra às Drogas.

1.1 A colonização, a escravização e o etnocídio: um projeto eurocêntrico

A escravização é um processo antigo para a humanidade, sendo conhecido desde a História Antiga. No contexto do período Moderno do capitalismo e das expansões ultramarinas promovidas pelos reinados ibéricos, a escravização transformou-se em um processo essencialmente de desumanização e objetificação do ser humano. O ser humano, livre por sua natureza, transformou-se em um bem de consumo, um produto, uma propriedade a ser sequestrada ou comprada. Segundo Rafael Marquese (2006, p. 110):

A recriação do escravismo, com o emprego massivo de escravos nas tarefas agrícolas, seria realizada por portugueses e espanhóis só após a segunda metade do século XV, com a introdução da produção açucareira nas ilhas atlânticas orientais (Canárias, Madeira, São Tomé), e, no século XVI, com a colonização da América.

O principal reinado a realizar a invasão e a colonização nas terras que hoje chamamos de Brasil foi o Reino de Portugal e dos Algarves. As expansões ibéricas vinham de um importante processo que chamam de reconquista que havia a pouco terminado com a tomada de Granada em 1492 e estavam, assim, em busca de mais mercados, produtos e terras a tomar e comercializar.

Na época da chegada dos portugueses, no fim do séc. XV, nas costas brasileiras o processo de etnocídio que iria ocorrer não poderia ser previsto e nem compreendido pelos povos originários naquele momento. Nunca antes um processo em tão larga escala de desumanização havia sido posto em prática.

Antes da chegada dos portugueses, os povos originários já tinham disputas entre as milhares de etnias existentes no território que chamamos de Brasil, contudo os portugueses e europeus se aproveitaram dessas contendas para incentivar as disputas entre as etnias e fazer cativos outros indígenas que eram então “comprados” pelos portugueses e escravizados. (MONTEIRO, 1991).

A instigação da guerra pelos colonizadores não passou despercebida pelos povos indígenas que resistiram, mas ainda assim muitos cativos foram feitos e “comprados” pelos colonizadores. Apesar disso, essa estratégia europeia para escravizar mão-de-obra dessa forma, foi encontrando crescentes resistências. (MONTEIRO, 1991).

Esse processo era legitimado e aceito pela Igreja Católica Apostólica Romana. As guerras étnicas, as “guerra justa”¹, as razias e os aldeamentos² forneceram a mão-de-obra necessária para a exploração econômica da nova colônia portuguesa. Assim, somada aos morticínios promovidos pelas doenças europeias, nos primeiros séculos após a invasão portuguesa, milhões de indígenas foram mortos ou escravizados pelos portugueses sob a ordem da coroa, com a benção da igreja e para o avanço do capitalismo. Não era uma terra sem vida, mas uma terra que ganhou vida através das mãos que ali viviam e que ali foram brutalmente aniquiladas pela busca do lucro e poder.

Nos primeiros séculos os indígenas formavam a maior parte dos escravizados, contudo a expansão portuguesa não havia chegado apenas às costas sul-americanas, mas também às costas africanas. O continente africano já conhecia a instituição da escravização, mas não a escravização em massa e nem como a força motriz de sua sociedade como viria a ser com os europeus.

Aqui os portugueses fizeram o mesmo processo que no Brasil, incentivaram as disputas e as guerras visando aumentar o número de aprisionados e passaram, desde o século XVI, a enviar esses escravizados do continente africano para o continente sul-americano para aqui trabalharem até a morte. Além disso, os próprios europeus passaram a conquistar territórios africanos como a conquista de Angola em fins do séc. XVI para garantir o tráfico transatlântico (MARQUES, 2006).

O tráfico transatlântico, que só viria a ser abolido em 1850, promovia por si próprio mais uma brutalidade em cima do já brutal processo de escravização em massa. Milhões de africanos foram trazidos para o Brasil pelas naus portuguesas. Os africanos somavam a maioria dos escravizados no Império do Brasil e assim seriam até a abolição da escravização em 1888. (MARQUES, 2006). Além disso, é importante destacar que a Igreja Católica garantia na

¹ A “guerra justa” era dada de forma direta pelos europeus para escravizar e avançar sobre o território indígena. Para saber mais ver MONTEIRO, John Manuel. “As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI: Transformação e resistência”. In ___ Jill Dias (org.), **Brasil nas vésperas do mundo moderno**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991. Disponível em: <<https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/aspopmonteiro.pdf>>.

² Os aldeamentos jesuítas forneciam mão-de-obra indígena “livre” e “remunerada” que além da mal remunerada, muitas vezes não o eram. Para mais ver MONTEIRO, 1991.

saída dos portos africanos, a sua parte financeira através dos processos litúrgicos.

O Brasil foi à última nação ocidentalizada a abolir a escravização. Uma abolição que veio pela pressão e sem nenhuma preocupação ou planejamento para aqueles que agora reconquistavam a liberdade que lhes era de direito e natureza. O Brasil não somente resistiu a findar com um processo tão brutal como a escravização, mas fez questão de criar estruturas e ferramentas para garantir que a subjugação e o etnocídio de pretos e indígenas não cessassem até os dias atuais e é esse ponto que é essencial a esse estudo.

1.2 As influências dos EUA no Brasil: Doutrina Monroe e americanização da cultura brasileira

O processo de escravização e etnocídio de indígenas, africanos e afrodescendentes não seria uma característica exclusiva da colonização portuguesa, mas sim um processo amplo que se abateu sobre as Américas como um todo e o continente africano. Outra nação muito reconhecida pelo extermínio dos povos nativos são os Estados Unidos da América (KARNAL et al., 2007).

As Treze Colônias foram as primeiras a conquistar a sua independência das metrópoles europeias em 1776 com o auxílio dos franceses, se livrando do domínio inglês. (KARNAL et al., 2007). Já no início do séc. XIX os Estados Unidos se posicionavam como a maior potência das Américas, contudo a independência mexicana em 1821 fundará o Primeiro Império Mexicano bem ao lado das fronteiras estadunidenses (KARNAL et al., 2007). E a independência brasileira em 1822, que fundou o Império Brasileiro, colocavam agora duas forças em potencial para contrapor o poder estadunidense nas Américas.

É nessa perspectiva de tornar-se uma potência hegemônica e obter sua área de influência e domínio que em 1823 o presidente James Monroe estabelece a Doutrina Monroe que pregava a “América para os americanos” e buscava reduzir a influência europeia nas Américas. (KARNAL et al., 2007). A Doutrina Monroe basicamente estabelecia as Américas como um quintal dos estadunidenses e buscava interferir e influenciar as outras nações americanas, visando mitigar os seus poderes. A Doutrina Monroe é um importante ponto na

história das Américas, pois ela estabeleceria uma noção de ação estadunidense sob os demais países das Américas, visando os interesses estadunidenses.

Aqui é importante destacar que duas décadas depois os Estados Unidos invadiriam o Primeiro Império Mexicano e tomariam metade de seu território na guerra mexicano-americana (1846-1848) (KARNAL et al., 2007). Demonstrando a clareza da noção de América para os americanos que, no caso, eram os estadunidenses.

Os EUA eram então um exemplo para o Brasil como a primeira nação americana a conquistar a independência e como uma nação que conseguiu um sucesso assombroso no etnocídio contra os povos originários Norte Americanos. Para as elites brasileiras os EUA eram um modelo a ser seguido, um objetivo a ser atingido, mas não o objetivo de tornar-se uma potência, mas sim aniquilar povos. Contudo, em matéria de cultura, no final da década 1930 os EUA passariam a competir, com a França, para ser a principal referência cultural para o Brasil. (OLIVEIRA, 2003, p. 342).

No séc. XX muitas mudanças atingem o mundo. Os nacionalismos estão em alta com movimentos nazifascistas surgindo. Esse nacionalismo foi também possível pelo surgimento das sociedades de massas e dos movimentos de massas, assim como o desenvolvimento das mídias de massas na década de 1920. (KANG, 2012).

Era o século das massas. No Brasil em 1930 Getúlio Vargas chegava ao poder depois de um golpe militar (FAUSTO, 1985). Com a subida de Vargas instaura-se o Estado Novo, que segundo Maria Helena Capelato (2011, p. 109): “O Estado Novo se constituiu em decorrência de uma política de massas que se foi definindo no Brasil a partir da Revolução de 1930”. A então inaugurada Era Vargas (1930-1945) traria ao Brasil um forte desenvolvimento do nacionalismo brasileiro, que já havia se iniciado na década de 1920 como traz Lúcia Lippi Oliveira (2003, p. 328): “Da década de 1920 até a década de 1940 vai havendo um processo de nacionalização da cultura no Brasil”.

Criaram-se, então, empresas estatais e instituições, tais como: Petrobras, CNPq, BNDS, Eletrobrás, Capes, Museu Imperial, território federal (Brasília). Vargas buscava nos trabalhadores a base para seu governo e para isso criou o Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas

(CLT) e aumentou em 100% o salário mínimo (CAPELATO, 2011). O seu governo, segundo Capelato (2011, p. 109): “Apesar de apresentar características próprias, o Estado Novo brasileiro teve inegável inspiração europeia”. E também nazifascista.

Nesse contexto buscou-se desenvolver uma cultura brasileira e para isso utilizou-se dos meios de comunicações de massas: os jornais, rádios e futuramente os cinemas. (OLIVEIRA, 2003).

É nesse momento da chegada da arte da propagando ao Brasil que os EUA passam a ser a principal referência cultural para o Brasil (OLIVEIRA, 2003). Isso se dá não somente pelos interesses estadunidenses em financiar e influenciar a expansão das mídias de massas no Brasil, mas também porque os EUA eram a nação que melhor os utilizava (KANG, 2012), criando um mundo a sua visão.

De lá para cá a cultura brasileira passou cada vez mais a ser a cultura americana, uma cultura baseada e orgulhosa de seu racismo, etnocídio e da mercantilização da vida. Mesmo que não pareça adicionar nada de novo a nossa cultura que também é racista, etnocída e mercantilizada, ela auxiliou no reforço dessa de forma que no buraco que os estadunidenses se metessem o Brasil se meteria atrás e assim foi com a Guerra às Drogas.

1.3 Da proibição das drogas à Guerra às Drogas no Brasil

A proibição das drogas e a Guerra às Drogas no Brasil devem ser entendidas dentro do contexto colonial, imperialista e escravagista e do processo de etnocídio contra os povos africanos, afrodescendentes e indígenas. Isso se deve não somente aos resultados atuais que demonstram quem são os alvos dessas políticas, mas também pelo próprio desenrolar desse processo histórico.

As drogas sempre fizeram parte da história humana, os seres humanos as cultivam, produzem e utilizam para diversos fins (TORCATO, 2016). A indícios da influência dos psicodélicos para a revolução cognitiva/cultural ocorrida a 60.000 anos antes do presente (AP) que possibilitou o começo da escrita.

Na atualidade, fazemos usos de milhares delas, tais como o café, o açúcar, o sal, o álcool, o paracetamol, a dipirona, entre outras. É possível sofrer

uma overdose com café, mas é impossível atingir uma overdose com maconha. O álcool e o cigarro são tão viciantes e matam mais pessoas do que qualquer droga ilegal. (TORCATO, 2016).

O motivo da proibição das drogas não se dá pelo seu potencial danoso ou de custo para a sociedade, mas por aqueles que as usam. A proibição das drogas não tem a ver com as drogas, mas sim com as pessoas, a guerra declarada não foi contra as drogas, mas sim contra as pessoas e determinadas pessoas (VALOIS, 2020). É pelo potencial de determinar essas pessoas que as drogas foram proibidas.

A maconha era utilizada milenarmente para diversos tratamentos como, por exemplo, para a dor. A cannabis sativa era prescrita por médicos e farmacêuticos, tinha propagandas em jornais recomendando o seu uso. O cânhamo, uma versão com baixos níveis de THC, era utilizado para a confecção de roupas, cordas e produtos têxteis por causa de suas fibras resistentes e que necessitam de muito menos água para a produção do que o algodão. (TORCATO, 2016).

A folha de coca, principal composto da cocaína, também é usada para tratamento de doenças, e, inclusive ainda nos dias atuais, para auxiliar a respiração em altas altitudes, como nas Cordilheiras dos Andes, onde é utilizada a mais de 5 mil anos (TORCATO, 2016). Tanto a maconha quanto a folha de coca, foram estimuladas pelos colonizadores. Os espanhóis popularizaram o uso da folha de coca, que era restrita a alta sociedade asteca, para os mineradores fazendo com que esses trabalhassem mais e tivessem menos problemas de saúde, gerando assim maior produtividade para os colonizadores. (BURKE, 2003).

Todos os grupos étnicos e raciais fazem uso de drogas que são hoje proibidas, contudo os preconceitos étnicos/raciais associaram as pessoas pretas e indígenas ao uso dessas substâncias e a disseminação dessa falácia pela sociedade permitiu que ao proibir essas drogas se dessem um argumento legal para a continuidade do etnocídio desses povos.

É importante ressaltar que apesar do Estado poder agir na ilegalidade, ele recorrentemente busca legalizar suas práticas criminosas, visando manter as aparências e o discurso da sociedade capitalista e do Estado burguês. A escravização e etnocídio eram práticas legalizadas em seus tempos, assim

como a Guerra às Drogas hoje também é legal. Para a História, importa mais o caráter do processo histórico em si do que as narrativas dos discursos oficiais.

A gênese da Guerra às Drogas está no colonialismo inglês e estadunidense sobre o continente asiático, principalmente na China no caso inglês e nas Filipinas no caso estadunidense (VALOIS, 2020).

No caso da Inglaterra, o cerne da questão foram as Guerras do Ópio (Primeira Guerra do Ópio 1839-1840 e a Segunda Guerra do Ópio 1856-1860) para a imposição da venda de ópio para a China. A China desejava conter o avanço do uso do ópio no país que sofria de sérios problemas sociais pela colonização e então proibiu-se a comercialização de ópio no país. A Grã-Bretanha tinha enormes lucros no transporte de ópio dos países produtores até a China, sendo o principal produto que a vendia. Para continuar o comércio a Grã-Bretanha declarou guerra ao Império Qing. (VALOIS, 2020).

A Grã-Bretanha ganhou as duas guerras e com isso o direito de continuar a bombardear a China de ópio. Posteriormente a China iria legalizar o ópio e começar a sua produção em território nacional, acabando assim com os lucros obtidos pelos britânicos através do transporte marítimo. Posteriormente a essa legalização o parlamento britânico que antes deu resoluções favoráveis ao ópio e a guerra para comercializá-lo agora o via como um produto imoral e degradante, condenando seu uso e comércio. (VALOIS, 2020).

Os Estados Unidos da América realizaram um processo colonizatório, imperialista e expansionista através do Oceano Pacífico, perpassando a Oceania e chegando a Ásia. Entre as diversas colônias tomadas estavam às Filipinas, uma de suas maiores e mais importantes. O consumo de ópio ocorria a milhares de anos nas Filipinas, assim como no restante da Ásia, contudo sob os olhos dos colonizadores estadunidenses esse consumo começava a ser visto como um problema. (VALOIS, 2020).

Um dos principais advogados da proibição do ópio nas Filipinas e na Ásia era o pastor anglicano Charles Henry Brent. O protestantismo, em especial o puritanismo, foi uma importante base ideológica e religiosa da proibição. O pastor participou da Comissão de Xangai em 1909 (ou Conferência de Xangai) contra o ópio que ocorria na Ásia junto ao embaixador dos Estados Unidos. Nesse congresso, as potências europeias e os Estados Unidos decidiram pela proibição do ópio. Essa proibição se tornaria um modelo

para as que viriam a seguir. O Brasil inclusive se comprometeu a participar desse esforço da proibição do ópio na época. (VALOIS, 2020).

Apesar das influências externas, no Brasil a proibição da maconha está associada também a lei da vadiagem (artigo 59 do decreto-lei 3.688 de 1941) do Rio de Janeiro que visava prender e criminalizar pessoas pretas e desempregadas. Como podemos ver, apesar das influências estrangeiras a proibição das drogas permitia ao Estado Brasileiro alinhar seus interesses aos interesses dos Estados Unidos da América e das potências europeias na criminalização e na perseguição das pessoas pretas e latinas.

A proibição das drogas transformou-se em uma verdadeira Guerra às Drogas nos Estados Unidos e ela é aplicada e aceita no Brasil pelos seus sucessos em prender e assassinar pretos, latinos e indígenas, em geral pelo seu sucesso em criminalizar os pobres. Segundo Luís Carlos Valois (2020, p. 25):

No Brasil, onde mesmo a crítica à postura nacional é pouca, abranger a crítica à política internacional é imprescindível, e o fato de sermos seguidores cegos da política defendida pela América do Norte faz com que a crítica à política internacional seja efetivamente uma crítica à política nacional.

A mais recente lei de drogas no Brasil (a Lei nº 11.343 de 2006) e os resultados sociais que ela gerou e reforçou traduzem bem quais são os interesses na criminalização das drogas.

1.4 A Guerra às Drogas no RS e Porto Alegre: as facções

O estado do Rio Grande do Sul como membro da União assumiu a tarefa de dar a guerra aos pobres junto aos demais estados brasileiros. Portanto a Guerra às Drogas teve aqui os mesmos efeitos, em geral, que nas demais regiões do país, tais como o surgimento das organizações criminosas, o aumento da violência, homicídios, latrocínios, do encarceramento em massa e o aumento das desigualdades sociais.

Para compreender o processo da Guerra às Drogas no Rio Grande do Sul e Porto Alegre/RS adentraremos nas formações das organizações criminosas brasileiras e gaúchas. As facções são um ponto central na constituição da Guerra às Drogas, pois são os traficantes os principais alvos do

discurso oficial. A existência dessas organizações torna-se um ponto de sustentação e motivação dessa guerra.

As Facções e o crime organizado podem ser definidos pelos próprios apenados do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), onde segundo Marcelli Cipriani (2016, p. 118):

termo “crime organizado” [...]: para eles, “crime organizado” seria aquele que não precisa lançar mão das relações de força (e da violência física) na instituição de negociações em torno do “mundo do crime” ou no exercício de seu domínio, e “crime desorganizado” seria aquele que – pela falta de consenso sobre as dinâmicas do “mundo do crime” e pela disputa em torno do controle de suas posições de poder ou de seus territórios – utiliza a força e a violência física como estratégias centrais de atuação. Assim, de acordo com esses entrevistados, as “facções” estariam, ao mesmo tempo e na atualidade, “organizadas” no PCPA e “desorganizadas” na cidade.

Foi à própria inserção da dinâmica da proibição das drogas que criou ou modificou as facções criminosas. A proibição das drogas lançou um imenso mercado à ilegalidade e em um mundo que é movido pela mercantilização da vida, onde tudo é um produto e, por tanto, será comercializado. A proibição das drogas somente privou a parcela legal do comércio de exercer essa tarefa, dando monopólio aos setores da ilegalidade, concentrando lucro em menos indivíduos e grupos.

As facções criminosas surgem em 1979, ao fim da ditadura civil-militar quando presos “comuns”³ e políticos ocupavam o mesmo espaço. Assim surge o Comando Vermelho (CV) no Rio de Janeiro dentro da prisão Cândido Mendes. (LIMA, 2011, apud CIPRIANI, 2016). O Primeiro Comando da Capital (PCC), que viria a ser o primeiro cartel de drogas do Brasil, viria a se formar logo em seguida em 1993, no anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté em São Paulo. O PCC viria a se formar um ano após o massacre do Carandiru em 1992. (CIPRIANI, 2016).

As facções originaram-se de sua consciência de que integram grupos políticos e sociais que são alvos do governo. Sendo, assim, uniram-se em facções para lutar por melhores condições carcerárias e para regular as dinâmicas entre os próprios apenados, evitando confrontos através de códigos de conduta.

³ É importante considerar que um preso por tráfico ou furto é essencialmente um preso político.

A Falange Gaúcha viria a ser a primeira facção criminosa gaúcha sob inspiração do CV, sendo criada por um ex-apanado do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA). A Falange foi reconhecida pelas autoridades em 1987 quando realizaram ações nos sistema carcerário gaúcho, que era de extrema violência. Os integrantes estavam envolvidos com assaltos a banco e a carro-forte. (CIPRIANI, 2016). Segundo Cipriani (2016, p. 107):

Dali em diante, foram incontáveis as reorganizações nos modos de funcionamento, na distribuição de relações de força e nos métodos usados para a manutenção, pelos grupos, de seu domínio nos territórios (ou para que esses adquirissem controle e legitimidade em novos territórios). Tais movimentos – que perpassam, por exemplo, a disposição de membros de “facções” para dialogar com policiais, suas maneiras de organizar a vida cotidiana em galerias e de territorializar bairros, bem como a descentralização de suas lideranças – têm incidido na manifestação dos grupos criminais em Porto Alegre ao longo das últimas três décadas, sendo tanto influenciados por mudanças ocorridas no PCPA, quanto as tendo influenciado.

As prisões, além de serem um ponto de formação, também, são um ponto central em sua organização e poder, pois a tendência é de que suas lideranças e membros sejam conseqüentemente presos.

A Falange Gaúcha forma-se a partir da rebelião de 1987 no PCPA. O objetivo dos apenados era garantir renda e condições aos apenados e organizar ações criminosas como assaltos, sequestros, rebeliões, fugas e assassinatos. Um dos principais integrantes e que viria a ser centra para o crime na cidade era Dilonei Melara.

A violência e rebeliões eram crescentes com a marcante fuga do Hospital Penitenciário do Presídio Central em 1994, organizada pelo apenado Luiz Paulo Schardosin Pereira, o “Chardozinho”, da Falange Gaúcha, onde segundo Dornelles (2008):

seis presos-pacientes armados renderam 27 funcionários do Hospital Penitenciário¹¹, demandando a transferência de dois apenados da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC) para o local do motim, incluindo-se, neles, Dilonei Melara. Após o acato das autoridades diante do pedido, também exigiram carros para fuga, que lhes foram concedidos. Trinta horas depois, o episódio terminou com a rendição de Melara [...], com cinco pessoas mortas (quatro fugitivos e um policial civil) e com onze feridas, além de ter intensificado a preocupação coletiva diante da situação da segurança no Rio Grande do Sul, especialmente quanto às prisões. (Apud CIPRIANI, 2008, p. 109).

Logo após esse evento outros 45 detentos fugiriam, na maior fuga do estado, em 1994. Entre 1994 e 1995 sete grandes rebeliões ocorreram no PCPA. (CIPRIANI, 2016). As rebeliões levaram a Brigada Militar a assumir o comando do PCPA em 1995 e seguem até os dias atuais na gestão.

A Falange, que já estava integrada ao tráfico de drogas, se desfez após impasse entre os integrantes, transformando-se nos “Manos” e nos “contras” em 1996. Logo em 1997 surgiram os “Brasas” que rivalizariam com os Manos. Os Brasas surgem do acordo com a BM que em troca da paz e dos fins das rebeliões deram o controle de um dos pavilhões a um apenado. Esse acordo segue vigente até os dias atuais. Além dessas suas facções haviam também os “Abertos” que viriam a se formar posteriormente. (CIPRIANI, 2016).

Com o controle das facções sobre os pavilhões a violência e as rebeliões diminuíram, contudo isso fortaleceu as facções que agora controlam o presídio e lucram com a entrada de novos presos que são recrutados e tem de comprar insumos básicos na cadeia. Se os apenados não tiverem dinheiro eles terão de se comprometer ou os familiares pagarem valores e trazerem objetos para dentro do presídio. (CIPRIANI, 2016).

A territorialização do presídio passou também para as ruas e quando facções de outras regiões invadiam perdia-se o contado natural com a comunidade que era preenchido pela violência e ameaça. As facções passam a cada vez ter mais poder e até mesmo a expulsar e assassinar moradores para tomar suas casas que podem ser pontos chave. (CIPRIANI, 2016).

A escalada da violência em PoA também ocorreu pela ascensão dos “Bala na Cara” (BNC), entre 2006 e 2008, que originaram-se fora dos presídios e adentraram neles. OS Bala na Cara tinham como característica um forte apego a violência que resultou em uma explosão da violência e dos homicídios em 2016 quando as facções passaram a se confrontar nas ruas abertamente. (CIPRIANI, 2016). Segundo Cipriani:

Com o progressivo aumento de pontos para a venda de ilícitos de varejo pulverizados em Porto Alegre, e com a intensificação da lógica de expansão territorial assumida pelas mais importantes “facções” da cidade, os Bala na Cara passaram a tomar pontos de tráfico nos quais os ilícitos vendidos tinham fornecimento de melhor qualidade do que os seus. (CIPRIANI, 2016, p. 127).

Os BNC podiam então expulsar os antigos traficantes ou obrigá-los, através da violência, a comprar o seu produto e repassar valores a eles. Ainda segundo Cipriani:

Como reação à desestabilização do “mundo do crime” percebida recentemente em Porto Alegre, por fatores como a expansão violenta dos Bala na Cara e sua consolidação como potência do mercado de ilícitos do município, surgiram, no ano de 2016, os já mencionados Anti-Bala. Trata-se, por sua vez, de um conjunto de territorialidades em comum acordo entre variados grupos criminais, de maior ou menor expressividade, que concentra sua organização na Vila Jardim (bairro lindeiro à “Bonja”, território por excelência dos BNC), mas que possui aliados em inúmeros pontos da cidade. Dessa feita, é também um embolamento, mas “voluntário” – no qual, nesse caso, os grupos se encontram unidos por rechaçarem os BNC, que aparecem como fator intimidador tanto para “facções” maiores (por ameaçarem sua posição nos negócios de ilícitos do município), quanto para grupos menores e menos expressivos (pelo uso da tática do “embolamento forçado”). (CIPRIANI, 2016, p. 127).

Algumas das principais facções que temos atualmente em poa são então os unidos pela paz (originados nos brasas), os abertos, os manos, os bala na cara e os V7.

É importante destacar que as facções reagem às ações do Estado e quanto mais repressivo e violento o Estado se torna, com mais violência às facções contra-atacam, pois o estado das coisas que o Estado impôs foi à guerra, onde a morte é vista como uma consequência natural e aceitável por ambos os lados. Essa guerra é uma guerra de guerrilha que não tem por objetivo tomar territórios, mas sim matar o seu inimigo mais rápido do que ele pode suportar e é essa a perspectiva adotada pelo Estado.

Para muitas das pessoas que encontram-se nas facções elas já nasceram criminalizadas por sua cor e classe social. Adentrar nas facções é visto como uma resposta natural à violência do Estado, pois escolher um lado na guerra é uma questão que pesa sobre a vida dos que com ela sofrem. No mais, o tráfico de drogas fornece então uma ferramenta indispensável ao avanço ou sobrevivência dessas organizações.

Como não é possível extirpar a pobreza em um sistema capitalista, também não será possível findar com as facções com o simples confronto, prisões e assassinatos. A lógica da Guerra às Drogas alimenta o processo de violência que cada vez mais requer mais violência e no estado do Rio Grande do Sul e na cidade de Porto Alegre não será diferente.

2 A criminalização da pobreza: revisando conceitos, a partir de Wacquant

O Capítulo dois será composto de revisões bibliográficas, com centralidade no livro “Punir os Pobres: a nova gestão da pobreza nos Estados Unidos” escrito por Loïc Wacquant (2003), pelo conceito de criminalização da pobreza e do processo histórico estadunidense da construção do Estado Penal. Exploraremos, também, a análise comparativa para adaptar o conceito ao contexto do Brasil e de Porto Alegre/RS. A escolha desse estudo se deu pela possibilidade de se pensar e analisar o contexto de Porto Alegre/RS a partir do escopo do processo histórico da criminalização da pobreza apontado por Wacquant.

O primeiro subcapítulo versará sobre o processo histórico da transformação do Estado Caritativo, que combatia a pobreza, para o Estado Punitivo e Vigilante, que combate o pobre. Realizaremos então uma breve revisão do processo histórico que nos é apresentado por Wacquant. Essa etapa será importante para dar sustentação histórica ao segundo subcapítulo.

O segundo subcapítulo tratará de destacar do processo histórico apresentado, quais são os pontos que configuram o Estado Penal e a Guerra às Drogas. O Estado Penal e a Guerra às Drogas devem ser vistos em conjunto devido à simbiose em seus processos históricos e aqui, neste subcapítulo, serão tratados como sinônimos. Para isso, será necessário extrapolar, em parte, os pontos que são apresentados em “Punir os Pobres”, trazendo assim o economista estadunidense Melvin Burke que pesquisa a Guerra às Drogas nos Estados Unidos e na América Latina. Esse aprofundamento será importante para as análises qualitativas que serão feitas no capítulo três.

O terceiro subcapítulo será uma adaptação dos pontos que nos permitem observar se um Estado pode ser considerado Penal, de acordo com o processo estadunidense mostrado por Wacquant. Para isso, discutiremos brevemente a questão da diferença dos contextos estadunidense e brasileiro. Essa adaptação é necessária para então podermos, no terceiro capítulo, comparar com os dados da cidade de Porto Alegre/RS e então mostrar se o Estado, que ali se insere, é Penal ou não. Será então a concepção de Estado

Penal apresentada por Wacquant a qual nos apropriaremos, com as devidas adaptações.

2.1 A transformação do Estado Caritativo em Estado Penal

Para compreender o processo histórico de transformação do Estado Caritativo em Penal, será importante retomar aquilo que Wacquant (2003) chama de “instituições peculiares”, as que visavam controlar populações pretas nos Estados Unidos e realizar a manutenção do status quo.

A primeira instituição peculiar foi então a escravização. O processo escravagista nos EUA visava controlar os afro-americanos, permitindo a exploração de sua mão de obra e a desumanização do seu ser. A segunda instituição peculiar foi o “sistema de Jim Crow”. O sistema Jim Crow era uma série de dispositivos legais que visavam realizar a manutenção de classe e raça/etnia no sul dos Estados Unidos, negando acesso à dignidade dos afro-americanos. A terceira instituição peculiar é o gueto, fenômeno advindo do desenvolvimento industrial, principalmente do Norte, que necessitava de mão-de-obra. O gueto garantia que pessoas pretas somente conseguissem comprar casas e residirem em determinadas regiões e bairros, garantindo assim a perpetuação da segregação racial. (WACQUANT, 2003).

Essas três instituições peculiares são desdobramentos do processo racista, misógino e de etnocídio das populações afro-americanas nos EUA. As três visavam facilitar a exploração econômica desses grupos sociais, garantindo o lucro aos brancos e a miséria, morte e segregação aos afrodescendentes.

Esses três pontos são essenciais para a compreensão da transformação do Estado, pois quando uma instituição peculiar em vigência perde a eficácia, o sistema visa instaurar uma nova. E a nova “instituição peculiar” da atualidade é o encarceramento em massa. Essa transformação do Estado e o surgimento dessa nova “instituição peculiar” se dá, segundo Wacquant, em reação aos avanços sociais:

No final dos anos setenta, portanto, quando a reação racial e de classe contra os avanços democráticos dos movimentos sociais da década precedente assumiu toda a sua amplitude, a prisão voltou bruscamente para o primeiro plano ao oferecer-se como solução ao mesmo tempo simples e universal para todos os problemas sociais do momento. (WACQUANT, 2003, p. 119).

A partir da década de 1970, temos uma rápida transição do Estado Caritativo para o Estado Penal. Antes de adentrarmos nessa transformação é importante contextualizar o Estado Caritativo. Apesar do nome, o Estado em momento algum foi de fato Caritativo e nem visava somente o auxílio às pessoas pobres, mas também o seu controle. Esse Estado adotava a postura caritativa segundo Piven e Cloward (1994): “porque a ‘caridade de Estado’ tem como objetivo primeiro reforçar os mecanismos do mercado e sobretudo impor às populações marginais a rude disciplina do salariado desqualificado” (apud WACQUANT, 2003, p.23). Assim, mesmo em seu auge, o Estado Caritativo ainda era um sistema atrofiado e com poucos investimentos.

Adentrando nos aspectos do Estado Caritativo, desde o *New Deal* a ação social dos Estados Unidos se dava em duas direções: a *social insurance* (responsável pela gestão coletiva dos trabalhadores/empregados que gozam das vantagens da justa contraposição de sua contribuição e dos direitos plenos) e o *welfare* (para os desempregados e dependentes que os coloca em situação de segunda classe, os tutelando severamente e os segregando da sociedade como prerrogativa do socorro prestado) (WACQUANT, 2003).

É importante observar que, ainda com a perspectiva providencial, o Estado fazia distinção dessas pessoas, colocando os dependentes do *welfare* em uma situação vexatória e humilhante para a obtenção e permanência dos auxílios. Uma dessas situações era a obrigação de aceitar qualquer emprego que lhe fosse oferecido, independente das condições ou salário, mantendo assim as pessoas em empregos precários. Além da realização de cursos obrigatórios (WACQUANT, 2003).

A Ajuda a Famílias com Crianças Dependentes (AFDC) é um dos principais pontos do Estado Caritativo. Esse auxílio visava famílias carentes que tinham crianças como dependentes, repassando valores a essas famílias. A partir da década de 1970 a AFDC, assim como o Estado Caritativo, passariam a serem atacadas, diminuindo cada vez mais o seu ínfimo orçamento. Segundo Wacquant:

O valor médio da verba AFDC baixou em 45% em dois decênios, passando de 676 dólares por mês, em média, em 1970, para cerca de 377 dólares em 1993 (em dólares constantes de hoje em dia), ou seja, menos da metade da linha de pobreza (US House of Representatives, 1994, p. 324). O que significa que as famílias que

conseguem recebê-la não podem de modo algum 'depender' desta verba e têm obrigatoriamente que encontrar outras rendas para garantir a própria sobrevivência. (WACQUANT, 2003, p. 43).

A diminuição do orçamento da AFDC e dos setores sociais permitia manter essas pessoas em condições de pobreza e miséria, garantindo um exército de mão-de-obra reserva e mantendo os salários os mais baixos possíveis. Esses ataques são a principal característica da destruição do Estado Providencial.

Além da diminuição dos orçamentos, as famílias que dependiam de auxílios ainda tinham de passar por uma série de procedimentos que visavam impedir o acesso de pessoas que tinham o direito a eles. Esse processo ficaria conhecido como *churning* (passar na bateadeira). Um exemplo disso é o seguro-desemprego que em 1957 abarcava 81% dos desempregados e passou algumas décadas depois a apenas um quarto dos assalariados desempregados. A justificativa era de evitar fraudes (WACQUANT, 2003)

Com isso, a destruição do Estado Caritativo se deu, também, para a construção do Estado Penal que absorveria os recursos sociais e todos os outros que pudesse. O fim do Estado de Providência e a ampliação do Estado Penal se deu também pela conjuntura da sociedade na qual ele se inseria. Para o avanço do neoliberalismo a configuração do Estado não poderia ser diferente. Era uma sociedade que tinha em seu topo os liberais, mas em sua base o autoritarismo. O que observamos, então, é o Estado Caritativo transformar-se no Estado disciplinar, passando a agir nas camadas mais baixas. (Wacquant, 2003).

Esse Estado Penal constituir-se-ia, então, da criminalização da pobreza, através do desmonte das ações sociais e da construção de um imenso complexo carcerário que viria a aprisionar a maior população carcerária do mundo e da história da humanidade. Opera-se então em duas frentes: na diminuição das condições sociais e no aumento da repressão. O principal instrumento para o encarceramento em massa foi a transformação da proibição das drogas em uma verdadeira Guerra às Drogas, na qual o Estado empenharia todas as suas forças e recursos para assassinar e prender aqueles que infringissem o código de estupefacientes.

A Guerra às Drogas iniciou-se no dia 18 de junho de 1971, com o presidente dos Estados Unidos da América, Richard Milhous Nixon, declarando em rede nacional que as drogas são o inimigo público número um da nação. A partir de 1986, sob o governo de Ronald Wilson Reagan, o processo de Guerra às Drogas se intensifica.

Entre 1972 e 1990, o orçamento federal para a justiça criminal foi de menos de dois bilhões de dólares para mais de 10 bilhões, multiplicando-se por 5,4. No orçamento dos estados a situação foi ainda pior, segundo Wacquant:

A voracidade orçamentária do Estado penal é ainda mais desenfreada no nível dos estados da União. Juntos, os 50 estados despenderam 28 bilhões de dólares em 1990, ou seja, 8,4 vezes mais que em 1972; mas ao mesmo tempo, suas despesas com encarceramento foram multiplicadas por 12 e os gastos com defesa dos indigentes (que compõem uma parte crescente dos detentos) por 24. (WACQUANT, 2003, p. 30-31).

Nos Estados Unidos, em 1973, a população carcerária tinha o seu mais baixo nível desde a Segunda Guerra Mundial. Nas três décadas do pós-guerra a taxa de encarceramento ficou entre 100 e 110 a cada 100 mil habitantes. Após o abandono do *New Deal* e do compromisso Keynesiano a taxa de encarceramento cresceu desde 1973 chegando a 200 em 1985 e passando de 400 em 1994. Segundo Wacquant:

Contabilizando-se a população reclusa nas casas de detenção das cidades e condados, em 30 de junho de 1997, a taxa de encarceramento nos Estados Unidos se estabiliza em 6.435 prisioneiros para 100 mil habitantes, ou seja, cinco vezes o seu nível nos anos 60. (WACQUANT, 2003, p. 60).

O sistema carcerário estadunidense passou de 200 mil apenados em 1970 para, cerca de, 825 mil em 1991, acumulando um crescimento de mais de 300% em duas décadas. O principal alvo desse encarceramento são os jovens pretos. Assim, em 1994, os pretos passaram pela primeira vez na história dos Estados Unidos a configurarem como a maioria da população carcerária. Para compreender esse processo, é importante observar as taxas de encarceramento de afrodescendentes como demonstra Tonry (1995):

As taxas de encarceramento de afro-americanos triplicou em doze anos e chegava a 1.895 em cada 100 mil em 1993, ou quase sete vezes as taxas de brancos (293 em 100 mil) e vinte vezes as taxas registradas nos países europeus. (Apud WACQUANT, 2003, p.28-29).

Além disso, o sistema penal tem se desdobrado por outras vias que não somente a privação total da liberdade, um quarto dos presos encontram-se encarcerados. Os demais se encontram em liberdade vigiada ou condicional. O total de pessoas nesses sistemas já ultrapassaram os cinco milhões, chegando a 2,5% da população adulta do país a época. (WACQUANT, 2003).

O encarceramento em massa somente foi possível pelo fenômeno da Guerra às Drogas e em principal do encarceramento em massa de pessoas pretas e latinas que chegam a somar 60% da população carcerária, sendo que esses grupos compõem somente um quinto da população do país. Em 1979, um preso federal em cada quatro tinha sido detido por violação da legislação sobre os estupefacientes, já em 1991, essa taxa ultrapassava os 56%. A diferença entre as taxas de detenção de negros e de brancos por delitos e crimes ligados às drogas era de dois contra um em 1970 e de cinco contra um em 1991. (WACQUANT, 2003).

Assim, quanto aos motivos para o encarceramento temos que: 73% dos presos estaduais e 94% dos federais no ano de 1994 foram presos por desordem em via pública, embriaguez ao volante, estupefacientes, roubos domésticos, arrombamentos de veículos ou infração a legislação de bebidas. Os presos por crimes violentos representam apenas 23% dos presos em condados, 11% dos federais e menos de 50% em prisões estaduais. Das 94 mil crianças e adolescentes presas, em 1994, somente 15% eram por crimes violentos. (WACQUANT, 2003).

Além de encarcerar-se por crimes considerados leves, as penas visam principalmente os reincidentes: 59% dos detentos já cumpriram pena, 14% já foram condenados a prisão com *sursis* (dispensa de cumprimento de pena, completa ou parcial) e somente um quarto não tinha passagem anterior. Em 1989, menos de um quarto havia cumprido mais de três penas e sete anos depois esse número subiu para um terço. (WACQUANT, 2003).

Apesar das prisões buscarem a exploração financeira de seus apenados, através do trabalho e privatizações e realizarem a especulação financeira a partir da bolsa de valores, a principal função da prisão é conter. O consenso de Washington, a nova ordem econômica mundial e o avanço do neoliberalismo criaram massas de sub-proletariados desempregados, ao redor do mundo, que não tinham nenhuma função econômica positiva, a não ser de

servir como exemplo para os demais trabalhadores. No mais, esses complexos carcerários buscam reduzir o máximo possível os custos, acabando assim com programas educacionais e de reabilitação social e reinserção social.

Segundo Wacquant (2003, p. 49):

Hoje a América emprega dez vezes mais dinheiro na 'indústria da repressão criminal' do que no apoio aos cidadãos deserdados. Tudo indica que esta defasagem vai continuar a crescer". Essa defasagem e a guerra contra os pobres somente foi possível, pois os detentos e criminosos são vistos como párias para as sociedades, grupos que podem ser submetidos a todo e qualquer tipo de processo violento, humilhante e degradante que corrompem a sua dignidade. Os criminosos são então a antítese do "sonho americano", mas não por cometerem crimes, mas sim por serem pretos, latinos e pobres.

2.2 O que configura a construção de um Estado Penal e a Guerra às Drogas: quais as formas de medir a criminalização da pobreza

Após apresentar a transformação do Estado Penal em Estado Caritativo, iremos observar e destacar os pontos desse processo que fazem configurar o Estado Penal. As características serão apresentadas em pontos, buscando trazer referências ao processo histórico da criminalização da pobreza nos Estados Unidos e na América Latina. As características não farão distinção entre o Estado Penal e a Guerra às Drogas. Os pontos apresentados serão aqueles que marcam, então, a presença de um Estado Penal e da Guerra às Drogas.

A democracia é um ponto essencial para se observar o Estado Penal e a Guerra às Drogas. Em democracias com sufrágio universal, os Estados burgueses buscaram instrumentos de alijar setores da sociedade do poder e do voto, buscando manter ao mesmo tempo a ideia de democracia. Além de alijar as pessoas desse direito, também ocorre o enfraquecimento das instituições democráticas. A construção do Estado Penal e da Guerra às Drogas são instrumentos desse processo. Quando o Estado assassina, encarcera e criminaliza determinadas pessoas, ele garante que esses sujeitos não terão condições ou interesses em participar das disputas democráticas.

Nos Estados Unidos, o ataque aos direitos democráticos é certamente mais evidente que no Brasil, já que a noção de democracia está muito atrelada ao voto. Diversos estados da União nos Estados Unidos retiram de forma direta o direito ao voto de seus encarcerados, segundo Mauer (1997):

Trinta e seis estados privam as pessoas recolocadas em liberdade sob tutela penal de seus direitos cívicos, enquanto treze outros retiram-nos definitivamente. Mais de 4,2 milhões de americanos são assim excluídos do exercício do sufrágio (dito) universal, dos quais 1,4 de homens negros que representam 14% do eleitorado afro-americano (Apud WACQUANT, 2003, p.97).

O avanço do neoliberalismo é outro ponto que marcou o processo histórico da criminalização da pobreza. O avanço da Guerra às Drogas somente foi possível, pois as drogas encontraram um vazio de esperança e um fértil solo de miséria, onde centenas de milhares de latinos dependiam desse comércio para sua sobrevivência. Diversos participantes desse processo não o fazem por escolha, mas sim pela falta de opções legais de sobrevivência, em países que cada vez mais vêm implementando o neoliberalismo, o consenso de Washington e a nova ordem econômica mundial. Um exemplo disso são os produtores de maconha no Paraguai⁴ que realizaram até mesmo um protesto solicitando ajuda a seus governos para que pudessem plantar outras culturas, livrando-se da violência, estigma e miséria que o tráfico de drogas traz.

O neoliberalismo já tem seus resultados bem conhecidos pelo processo histórico, tais como a queda da inflação a um dígito no mundo inteiro que foi puxada pelas políticas restritivas, pelas altas taxas de desemprego, pela estagnação, pelos baixos salários e pela crescente especialização mundial que barateou as importações mundiais desde a década de 1980. Quanto às taxas de empregados, o neoliberalismo trabalhou fortemente para a informalização do emprego, contendo a inflação e a mascarando as taxas de desemprego. (BURKE, 2001).

Assim adentramos em outro ponto do Estado Penal, os gastos públicos. Aqui temos duas posições, que teoricamente, são contraditórias. Por um lado temos o neoliberalismo preconizando que os problemas sociais derivam dos custos do Estado e dos sindicatos e das intervenções na economia. (BURKE, 2001). Segundo os neoliberais, a austeridade fiscal e a diminuição do Estado são o caminho para a solução dos problemas econômicos e sociais.

Esse ponto é contraditório com os elevados custos da Guerra às Drogas e do Estado Penal. Observamos, então, que efetivamente temos uma austeridade no que tange aos setores sociais, da saúde, da educação e da

4 Matéria da Ponte.org que trata da produção e tráfico de maconha no Paraguai: <<https://ponte.org/maconha-o-brasiguai-que-inunda-a-america-latina/>>.

cultura, contudo, no setor penal, temos um inchaço do Estado, que drena somas absurdas dos cofres públicos. Esse processo seria apontado por diversos autores como Gold (1991) e Donziger (1996) que postulam que:

Assim, entre 1976 e 1989, os gastos carcerários dos estados duplicaram (+95%) em dólares constantes, enquanto os créditos destinados aos hospitais aumentavam apenas 5% e as somas alocadas às escolas e às universidades diminuía (em 2% e 6% respectivamente). Ao mesmo tempo, o orçamento das ajudas sociais via-se amputado em 41%. (Apud WACQUANT, 2003, p. 85).

Esses custos não são meros adicionais: são investimentos sociais que deixaram de serem realizados para serem realocados no Estado Penal e na Guerra às Drogas.

Outro ponto importante dos gastos públicos é a defesa dos encarcerados. As defensorias operam com recursos escassos garantindo assim que as chances de defesa dos apenados sejam quase nulas. Um exemplo disso é que 80% dos condenados a um ano ou mais, em prisão fechada, foram defendidos pela defensoria pública. Em Connecticut cada advogado da defensoria teve 1.045 casos em média por ano. (WACQUANT, 2003).

O Estado Penal, junto ao neoliberalismo, efetivamente reduz os orçamentos sociais, como já apontado. Junto a esse processo, ocorre a falta de acesso a infraestruturas e serviços públicos, sendo esse outro ponto do Estado Penal e da Guerra às Drogas. Um exemplo disso é a falta de escolas de ensino médio em bairros pobres, garantindo assim a necessidade de transporte público e uma maior chance do abandono escolar. A falta de acesso à educação é certamente a característica mais marcante desse sistema, ao menos no que podemos aferir quanto ao contexto dos EUA e do Brasil, onde a maioria esmagadora das populações carcerárias não terminou o ensino médio, impedindo assim acesso a empregos que já são extremamente precarizados, praticamente os jogando na criminalidade para a sua sobrevivência.

Todos esses pontos levam a outro ponto do Estado Penal, o aumento das desigualdades sociais e o conseqüente aumento da pobreza e da miséria. Isso se deve não somente ao fato da necessidade do grupo que é criminalizado existir, afinal o inimigo público não pode ser somente imaginário, mas também da própria natureza do neoliberalismo. Para compreendermos esse processo

da redistribuição das riquezas no capitalismo neoliberal podemos trazer Burke que postula que:

Entre los mecanismos de redistribución el más efectivo del Nuevo Orden Económico Mundial neo-liberal ha sido la transferencia masiva de la riqueza como del ingreso mediante; i) La crisis de la deuda de comienzos de los años 80, ii) la privatización de las empresas públicas y iii) las ganancias especulativas en las bolsas de valores internacionales, de divisas, de bonos y de futuros. (BURKE, 2001, p. 508).

Essa redistribuição aos mais ricos faz com que, segundo Burke (2001, p. 508): “Aún más, muchos de los “beneficios” para unos pocos de este modelo neo-liberal son cada vez más reconocidos, como “costos” para la mayoría”.

Apesar do reconhecimento dos custos dessas políticas, elas seguem vigentes. Isso acarreta em uma drástica mudança na redistribuição de renda levando a maior concentração de riquezas. (BURKE, 2001). Essa concentração faz com que os pobres, que pouco tem, percam ainda mais, tendo que se lançar à sorte, ou ao tráfico de drogas, para buscar a sua sobrevivência.

O crescimento da pobreza é tão grande que, desde 1994 nos Estados Unidos, já havia mais de 40 milhões de pessoas, 15% da população, vivendo abaixo da linha da pobreza, sendo essa calculada por baixo de forma cada vez mais irreal. Essa era a taxa mais alta nos últimos 10 anos. (WACQUANT, 2003).

Outra característica é o aumento da fome, algo notório ao mundo capitalista. Atualmente, nos Estados Unidos, mais de 47 milhões de pessoas vivem nos chamados “desertos alimentares”, locais onde os alimentos disponíveis não são saudáveis o suficiente, fazendo com que essas pessoas comam pouco e fiquem subnutridas, causando problemas de saúde e má formação nas crianças⁵.

O aumento da violência é um ponto essencial para o Estado Penal. O tráfico de drogas tem uma dinâmica violenta, inerente pela sua ilegalidade e a Guerra às Drogas imputou um grande uso da força contra determinadas populações, aumentando o antagonismo dessas pessoas com o Estado e o princípio da legalidade. Os homicídios, se interseccionados com raça/etnia,

5 Matéria do G1, Mundo: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/06/os-desertos-alimentares-dos-eua-que-condenam-47-milhoes-de-pessoas-a-comer-pouco-e-mal.ghtml>>.

gênero e idade demonstram como as taxas de mortalidade de jovens, homens, pretos e 18 a 35 anos são marcadas pelos assassinatos.

O tráfico de drogas também faz circular uma grande quantidade de armas pelas comunidades, onde podem ser adquiridas com certa facilidade, sendo outro ponto desse processo. Essas armas não se limitam somente a dinâmica do tráfico, mas passam a ser um tipo de meio de resolução dos problemas nos bairros mais pobres.

A tortura é outro importante ponto. Ao torturar e submeter a condições indignas os apenados, uma tática de desumanização do ser, o sistema estabelece também um padrão de violência que será replicado nas ruas. É o Estado que decidirá qual o nível de violência que será empregado e as facções, tendem, a reagir a esse processo. Um exemplo disso são as condições em que esses apenados vivem enquanto encarcerados, segundo Wacquant (2003, p. 59) eles: “vivem amontoados em cárceres vetustos onde, mais que o isolamento e a privação sensorial, eles sofrem antes com a promiscuidade forçada e a insalubridade ambiente”.

As drogas que são centrais a Guerra às Drogas são um dos pontos mais contraditórios desse processo, ao menos segundo o discurso oficial. Antes do início do Estado Penal, o uso de drogas nos Estados Unidos vinha diminuindo até a década de 1970. (WACQUANT, 2003). Os objetivos da declarada Guerra às Drogas eram de diminuir a demanda nos EUA e no mundo, reduzir o fornecimento através da erradicação forçada nos locais de produção, reduzir a oferta de drogas, dificultando o acesso pelo preço elevado gerado pela demanda maior que a oferta e assim reduzir ou zerar os lucros do tráfico, tendo por fim a resolução de todos os males sociais (BURKE, 2001).

Ao contrário do proposto, a Guerra às Drogas fez a oferta aumentar exponencialmente com o aumento da produção e dos lucros pela alta demanda que não fizeram os custos aumentar, mas pelo contrário diminuíram o valor dos entorpecentes. (BURKE, 2001; WACQUANT, 2003). No mais, os custos para as erradicações das plantações eram absurdamente altos e as alternativas aos agricultores eram quase inexistentes, assim tanto a erradicação forçada como a voluntária fracassaram (BURKE, 2001). Esse aumento da produção, oferta e demanda gerou também um aumento das apreensões que constantemente batem recordes, mas que pouco ou nada influenciam na oferta do produto.

O encarceramento em massa é um dos pontos mais marcantes e uma inovação que o Estado Penal criou. Além das altas taxas de encarceramento já demonstradas, o número total de apenados é algo alarmante, segundo Burke (2001, p. 515): “La población carcelaria de los EE.UU. se ha triplicado desde 1980 debido principalmente a violación de leyes antinarcóticos”. No mais a circulação de pessoas teve um aumento significativo, como demonstra Wacquant (2003, p. 67): “atualmente, cerca de 12 milhões de americanos passam pelas portas de um estabelecimento de detenção no decorrer de um ano, contra cerca de 8 milhões na metade dos anos 80”.

Outro ponto importante do encarceramento é o aumento das penas e do tempo de encarceramento, onde segundo Wacquant (2003, p. 66): “a duração média de detenção cumprida pelos internos das penitenciárias estaduais por ocasião de sua primeira passagem passou de 20 meses em 1985 a 24 meses em 1995”. Além disso, se encarcera por motivos brandos, deixando os crimes violentos de lado como demonstra Wacquant:

Prova disso, o número de condenados por crimes violentos nas prisões estaduais aumentou de 86% entre 1985 e 1995, enquanto o efetivo dos detentos por infração à legislação sobre os estupefacientes e por atentados à ordem pública ostentava um crescimento de 478% e 178% respectivamente. Os primeiros contribuíram em 39% para o crescimento da população carcerária durante este período, os segundos em 43%. (WACQUANT, 2003, p. 68-69).

É importante constatar também que, como dito, o Estado Penal e a Guerra às Drogas agem sobre determinados grupos específicos. Assim nos Estados Unidos, em algumas cidades, mais de 50% dos jovens, pretos de 18 a 35 anos encontram-se presos (WACQUANT, 2003). Ao observar as características dos encarcerados vemos que: 41% são pretos e 19% são latinos, somente 50% dispunha de um emprego em tempo integral antes da prisão, metade dos presidiários não tem o secundário completo (*high school*), 45% sobreviviam com menos de 600 dólares por mês e somente 14% recebia algum tipo de ajuda pública. (WACQUANT, 2003).

Por fim, os instrumentos de vigilância são, também, um ponto importante, pois permitem manter mais pessoas sob a tutela do Estado, diminuindo os custos e permitindo penas mais longas. Um dos principais instrumentos é a tornozeleira eletrônica. Esses instrumentos permitiram o aumento das penas para os jovens, indo de 21 para 31 anos.

2.3 Adaptando o conceito de criminalização da pobreza: o Brasil e Porto Alegre/RS

O conceito de criminalização da pobreza é um interessante conceito para se pensar como as pessoas pobres são tratadas pelo Estado na cidade de Porto Alegre/RS. Contudo, o modelo de criminalização da pobreza demonstrado por Wacquant foi desenvolvido a partir do processo histórico ocorrido nos Estados Unidos. Será importante, então, realizar algumas pequenas ponderações, já que aqui o utilizaremos no contexto do processo histórico brasileiro.

Os Estados Unidos passou por um processo de Guerra Fria com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), quando se competia para demonstrar qual modelo socioeconômico era superior. Além de combater a pobreza para demonstrar ser um modelo superior, durante a Guerra Fria a pobreza era um fator visto como perigoso para os Estados Unidos pelo potencial revolucionário que o mundo presenciava no momento.

No mais, mesmo nos Estados Unidos para determinados grupos sociais o Estado sempre foi opressivo. Portanto, a ideia de transição pode ocultar que indiferente do período, após a Doutrina Monroe, os EUA sempre foram uma espécie de Estado opressivo para o mundo e em principal para a América Latina. A exportação da Guerra às Drogas permitiu também a judicialização internacional, impondo sua justiça sobre a nossa.

No Brasil, não houve transição do Estado Caritativo para o Penal, pois não houve Estado Caritativo. O Estado no Brasil sempre tratou de penalizar os pretos e pobres. Essa é uma relevante diferença entre esses processos históricos. É importante considerar que, apesar do Estado Penal que tomamos aqui como exemplo ser o desenvolvido no contexto histórico dos Estados Unidos após a década de 1970, não nos limitaremos a ele, pois esse, como demonstrado nesse estudo, insere-se em um processo de colonialismo, imperialismo e etnocídio. Compreendendo então que o Estado Penal estadunidense expandiu suas ações sobre a América Latina, buscaremos contextualizar os motivos para essa expansão.

O Brasil vivia uma ditadura civil militar empresarial (1964-1985) instaurada com apoio dos Estados Unidos. Antes da violência dos policiais

sobre os traficantes, os brasileiros já eram torturados por militares por causa de sua posição política ou por mera ocasião. A intensificação da Guerra às Drogas se dá posteriormente a 1986, logo após o fim da ditadura. A América Latina quase que por inteira passou por uma séria de ciclos de golpes militares com o apoio estadunidense.

A Guerra às Drogas não era somente um instrumento de controle nacional, mas também um instrumento de controle internacional. A América Latina não somente gastou enormes quantias de recursos financeiros e humanos para combater nessa guerra, mas também deixou de faturar grandes quantias com o comércio de entorpecentes.

Se as drogas eram um custo para os Estados Unidos ela era, e ainda é, uma enorme fonte de renda para a América Latina. Muitos latinos ficaram milionários com o tráfico de drogas e muitos dólares saíram ilegalmente dos Estados Unidos. Os principais produtores de cocaína e maconha do mundo são a Colômbia, o Peru, o México e a Bolívia. (BURKE, 2001). Além de serem os principais produtores, segundo Burke essas economias são dependentes desse comércio:

Colombia, Perú y Bolivia son economías que dependen de la droga. La crisis de la deuda en L.A., el estancamiento y las políticas neoliberales de reforma del mercado -especialmente el libre comercio- desde 1980 han contribuido globalmente a esta realidad.” (BURKE, 2001, p. 516)

Essa dependência se dá não somente pelas trocas injustas que o capitalismo impõe aos setores periféricos, mas também porque configuram como uma indispensável fonte de renda e emprego para os cidadãos e para o Estado, assim como demonstra Burke:

Los expertos en drogas calculan que las exportaciones producen entre \$4 y \$5 billones anualmente en Colombia y alrededor de \$2,5 billones anualmente en Bolivia. Las drogas, mayormente la cocaína extraída de la coca, registra casi la mitad de la producción agrícola en estos países y representan del 20% al 25% del total del empleo, directa e indirectamente.” (BURKE, 2001, p. 516).

Até mesmo o as riquezas totais desses países estão extremamente ligadas ao tráfico de drogas, como vemos em Burke:

Más allá de todo esto, la gran mayoría de la riqueza obtenida en estos países puede tener sus orígenes en la comercialización y ganancias de las drogas ilegales. En Colombia, se estima que \$66 billones o el 35% de la riqueza total del país tiene su origen en esa

fuelle. Si bien no se han realizado buenas investigaciones sobre el impacto del tráfico de drogas en las economías de Bolivia y Perú, se puede suponer que de realizarse, mostrarán una dependencia similar. (BURKE, 2001, p. 516-517).

A Guerra às Drogas, então, quando colocada no contexto internacional pode ajudar a demonstrar suas intenções. Ataca-se um produto extremamente lucrativo, da qual uma sociedade é dependente e que configura entre as maiores produtoras. É um óbvio ataque à economia dessas sociedades, além de que a ilegalidade desse comércio cria a necessidade de grandes bancos com sede nos Estados Unidos para realizarem a lavagem do dinheiro, fazendo assim com que parte significativa do dinheiro que antes ficava na América Latina fosse agora parar nos bancos e instituições financeiras estadunidenses e europeias. (BURKE, 2001).

A Guerra às Drogas fornece, então, um instrumento para atacar a economia desses países e se apoderar desses valores. É importante destacar que o tráfico de drogas, segundo a ONU em 2014, movimentava 320 bilhões de dólares por ano⁶. A maioria desse dinheiro é feita dentro do território estadunidense e por lá fica. Não é uma soma de valor incipiente, mas pelo contrário é muito volumosa, sendo natural o interesse de qualquer potência em lucrar com esse processo. Assim como a Grã-Bretanha achou formas de continuar a lucrar com a venda do ópio para a China os Estados Unidos acharam a sua para lucrar com esse comércio. O tráfico de Drogas utiliza a estrutura do neoliberalismo e o neoliberalismo lucra com esse processo.

Além dos fatores econômicos, a Guerra às Drogas impõe à América Latina um caos social que vira terreno fértil para movimentos fascistas, onde o discurso da militarização da sociedade e da segurança pública torna-se ponto central. Como exemplo, o Brasil atualmente vive um de seus governos mais militarizados de sua história. As perspectivas políticas tentam empurrar a balança para a direita, favorecendo assim a geopolítica estadunidense.

A Guerra às Drogas é também uma válvula de escape necessária à sobrevivência do capitalismo e não somente pelo tráfico gerar vultosas somas de dinheiro para a corrupção que é necessária ao avanço do neoliberalismo. Sem as drogas, como vimos, os níveis de miséria e pobreza seriam ainda

6 Memorial, EBC: <<https://memoria.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/03/onu-alerta-que-drogas-movimentam-us-320-bilhoes-por-ano>>.

maiores e insustentáveis as economias da América Latina. A Guerra às Drogas faz então que um produto comum e essencial a nossas sociedades torne-se um problema. É nos Estados Unidos que o encarceramento em massa se dá com mais força, mas na América Latina a guerra se dá de fato, com altas taxas de letalidade.

No Brasil e em Porto Alegre, a Guerra às Drogas é um instrumento de dominação e etnocídio a serviço indiretamente do imperialismo estadunidense e europeu, assim como de nossas elites que prezam pelo atraso econômico e social da nação, garantindo assim seu poder sobre o proletariado. É essencial, então, ter em mente esses pontos de que a Guerra às Drogas é essencialmente uma guerra contra os latinos, afrodescendentes e pobres. É uma Guerra contra a América Latina para impor nossa posição de quintal e de terceiro mundo o qual os EUA nos colocaram desde a Doutrina Monroe e que pelo visto não irá mudar tão cedo.

No mais, o conceito será aplicado no contexto de uma cidade, sendo assim não será possível comparar alguns pontos na mesma dimensão. Na medida do possível, buscaremos trazer dados nacionais e estaduais, contudo essa não será a regra desse estudo.

3 A Criminalização da Pobreza e à Guerra às Drogas em Porto Alegre (2000-2021)

No Terceiro capítulo buscaremos atingir os objetivos e testar a hipótese de que em Porto Alegre/RS a pobreza é criminalizada. Para isso utilizaremos da revisão bibliográfica, do levantamento de fontes secundárias e primárias e da análise qualitativa dos dados obtidos. Será importante ter em mente, então, o processo histórico da criminalização da pobreza nos Estados Unidos, que já foi apresentado, e o conceito da criminalização da pobreza, através dos pontos que configuram o Estado penal, a Guerra às Drogas e o encarceramento em massa, que também já foram demonstrados.

No primeiro subcapítulo dissertaremos a respeito do levantamento das fontes que foi realizado para esse estudo. O processo de levantamento foi feito de forma online, buscando sites e documentos que pudessem conter informações relevantes sobre a cidade de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul. A prioridade foram sites e fontes confiáveis, tendo aqui os trabalhos do IBGE, do ObservaPOA, das mídias de imprensas, do Portal da Transparência PoA, da Superintendência dos Serviços penitenciários (SUSEPE) e das secretarias do governo do estado como essenciais. Essas são as principais fontes que basearam as análises desse estudo e é por meio delas que testaremos os objetivos e a hipótese.

No segundo subcapítulo apresentaremos então alguns dos 94 bairros da cidade e os selecionaremos em três grupos a partir de suas características. Os dados censitários serão aqui essenciais para compreendermos em que condições vivem as pessoas de Porto Alegre/RS. Como um dos objetivos do estudo é a comparação entre os bairros, os grupos serão divididos pelos dados que permitirem a distinção entre os bairros como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o número de homicídios absolutos. Os bairros serão apresentados por seus nomes e o estudo baseou-se em suas delimitações oficiais.

Quanto ao terceiro subcapítulo utilizaremos dois grupos já apresentados para comparar e analisar qualitativamente as diferenças entre os bairros. Buscaremos assim compreender a relação entre pobreza, violência e encarceramento. Desse modo cruzaremos os dados dos dois grupos entre si.

Também foram selecionados três bairros desses dois grupos, por suas características e diferenças, para analisar contextos específicos. Por fim, traremos os dados de encarceramento do RS e os relacionaremos com os dados apresentados. As principais fontes serão o ObservaPOA e a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) do RS.

O quarto subcapítulo tratará especificamente da hipótese proposta neste estudo. Utilizaremos os pontos que compõem a criminalização da pobreza, o Estado Penal, a Guerra às Drogas e o encarceramento em massa, apresentados no segundo capítulo, e que permitem a observação e constatação objetiva desses processos em uma sociedade. Para isso utilizaremos, de algumas das fontes apresentadas no primeiro subcapítulo que permitem a visualização desses indicadores na cidade e no estado. Será também, levado em conta o processo histórico brasileiro de etnocídio apresentado no primeiro capítulo. Assim ao comparar e analisar de forma qualitativa esses dados, resultados e contextos poderão demonstrar se a pobreza é criminalizada em Porto Alegre, segundo os parâmetros da criminalização da pobreza nos EUA e do contexto de etnocídio brasileiro.

O quinto subcapítulo tratará brevemente a respeito do contexto dos dias atuais. Observaremos quais as posições do Estado do Rio Grande do Sul sobre os pobres e a Guerra às Drogas. Assim poderemos compreender em qual direção estão indo as políticas públicas para essas pessoas e se há alguma perspectiva de mudança ou perpetuidade do etnocídio.

3.1 O levantamento das fontes online: o censo do IBGE, os observatórios, relatórios, livros, notícias, anuários, indicadores, portal da transparência, secretarias e a SUSEPE

O processo de obtenção das fontes e dos dados é imprescindível. É a partir dessas fontes e dados que será possível realizar as análises qualitativas e comparativas desse estudo e chegar-se nos objetivos e na hipótese. São os dados que nos permitiram observar, concretamente, a situação da cidade de Porto Alegre/RS e como essa se insere no macro processo histórico. Permitindo uma relação, então, entre o macro e o micro.

A coleta das fontes se deu de forma online através do buscador *Google*. Buscou-se então por sites e fontes quantitativas, qualitativas e censitárias,

dando ênfase as fontes governamentais e a imprensa. Quanto às fontes governamentais temos o IBGE, a SUSEPE, o Portal da Transparência PoA, o ObservaPOA (da Prefeitura de PoA), as secretarias do estado do RS e da prefeitura de PoA.

As fontes ligadas às imprensas são: o Raio X da violência (realizado pela Gaúcha ZH), notícias da gaúcha Zero Hora, do G1 (da Globo) e da BBC News/Brasil, entre outros.

Os dados do ObservaPOA serão sobre o número de habitantes, o rendimento médio do responsável pelo domicílio, a renda média, os trabalhadores com emprego formal e ensino médio completo. As crianças (06 a 14 anos) fora da escola e residindo em domicílios sem nenhum dos pais com o ensino fundamental concluído, a Taxa de Analfabetismo, a Taxa de Mortalidade Infantil, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e o valor de Prosperidade Social. O acesso à saúde, à educação e à cultura. A taxa da população vivendo com mais de 10 salários mínimos e a que vive com até 1 ou 2 salários mínimos, as condições habitacionais, a taxa de abandono do ensino médio, a taxa de aprovação no ensino médio, o índice de homicídio juvenil masculino e o índice de homicídio juvenil masculino preto. A maioria dos dados é de 2010, contudo os dados vão de 2000 a 2017.

Os dados a respeito da população carcerária gaúcha foram obtidos no portal da SUSEPE/RS. Os dados serão sobre quantidade da população encarcerada, raça/etnia, faixa etária, grau de instrução, estado civil, número de filhos e município de origem. Os dados são de 2020.

O Portal da Transparência PoA foi utilizado para observarmos os orçamentos da Promotoria Geral do Município (PGM), da Secretaria Municipal de Segurança Pública (SMP), da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), da Secretaria Municipal de Educação (Smed/PoA) e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O período observado será de 2010 a 2020.

As principais secretarias serão a Secretaria de Segurança Pública do RS (SSP/RS) e a Secretaria de Planejamento, Gestão e Governança (SPGG) do RS. Da SPGG, utilizaremos dos estudos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, referente à pobreza extrema e a fome. Ambos de 2021.

Da SSP/RS se utilizará os relatórios com base na Lei Postal (11.343/99) e Lei Stela (Lei 12.954/08), de 2011 ao primeiro semestre de 2021, da Polícia Civil (PC) e da Brigada Militar (BM), para analisar os homicídios dolosos, as tentativas de homicídio, as mortes e ferimentos de civis por policiais e a morte e ferimento de policiais por civis, os mandatos de prisão cumpridos, as apreensões de armas, as prisões em flagrante e às ocorrências de posse de entorpecente e tráfico de drogas. Se utilizará, também, os indicadores de atividades para se analisar as apreensões de drogas (Maconha, Cocaína, Crack e Haxixe) de 2007 a setembro de 2021.

Quanto ao IBGE é importante ponderar a falta do Censo Demográfico Brasileiro, que deveria ser realizado a cada década, de 2020 que já deveria ter ocorrido, e que certamente acarretará em prejuízos a essa e outras pesquisas. O Censo é a principal fonte que traz dados da demografia da população brasileira e a sua não realização devido ao corte intencional de 90% suas verbas⁷ impediram a sua realização a tempo para essa pesquisa. O Censo é a principal fonte do ObservaPOA, assim como da maioria dos relatórios e anuários governamentais ou não.

O Censo é o responsável por uma ampla coleta de dados que engloba desde os bairros dos municípios até o Brasil como um todo. Somente assim é possível realizar um estudo que compara os dados entre os bairros, permitindo observar as desigualdades dentro dos municípios e permitindo políticas públicas mais eficientes e direcionadas. O Censo Demográfico Brasileiro de 2020 foi remarcado para o ano de 2022 com o comprometimento do Governo Federal em assegurar as verbas mínimas para a sua realização⁸.

3.2 Apresentando os grupos: os bairros com o maior IDHM, os bairros com o menor IDHM e os bairros com o maior número absoluto de homicídios

A cidade de Porto Alegre é composta por noventa e quatro bairros oficiais. Esse estudo observou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

7 Notícia da BBC News/Brasil sobre o corte do orçamento do Censo IBGE 2020 realizado pelo Congresso Nacional: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56490188>>.

8 Matéria do G1 Política que fala a respeito da garantia da verba mínima para a realização do Censo IBGE 2020: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/15/governo-autoriza-complementacao-do-orcamento-para-realizacao-do-censo-em-2022-diz-ibge.ghtml>>.

(IDHM) de 2010 e o número absoluto de homicídio de 2011 a agosto de 2019 de todos os bairros. Assim foi possível realizar a seleção dos onze bairros com o maior IDHM, os onze bairros com o menor IDHM e os onze bairros com os maiores números de homicídios absolutos. É importante ponderar que alguns dos bairros com o menor IDHM compõem também a lista dos mais violentos.

Na lista dos onze bairros com os melhores IDHM seis bairros ocupam a primeira posição com um IDHM, em 2010, de 0,958 que são Chácara das Pedras, Três Figueiras, Bela Vista, Mont'serrat, Jardim Isabel, Belém Novo. A sétima posição fica com Rio Branco com o IDHM de 0,955. A oitava posição é ocupada pelos bairros Higienópolis e Pedra Redonda ambos com o IDHM de 0,953. Na décima posição está o bairro Petrópolis com o IDHM de 0,950 e na décima primeira está o bairro Boa Vista com o IDHM de 0,949.

Todos os onze bairros nessa lista possuem um IDHM considerado muito alto, estando à cima da média de Porto Alegre de 0,805 que é considerada alta. Para ter-se uma comparação o país com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano de 2010 era a Noruega com 0,938, o Brasil ficava somente na septuagésima terceira posição com o IDH de 0,699⁹.

Na lista com os onze bairros com o pior IDHM, em 2010, estão os bairros Mario Quintana e Lami ambos com o IDHM de 0,643 na primeira posição. O bairro Chapéu do Sol está na terceira posição com o IDHM de 0,660, seguido do bairro Restinga, em quarto lugar, com 0,661. O Arquipélago das Flores fica em quinto com 0,663. Em sexto está o bairro Pitinga com 0,668, seguido da Lomba do Pinheiro, em sétimo, com 0,679 de IDHM. A Extrema ocupa a oitava posição com 0,681, seguido do bairro Cascata, em nono, com 0,684 e do bairro Farrapos, em décimo, com 0,685. Em décimo primeiro lugar está o bairro Passo das Pedras com o IDHM de 0,688.

O IDHM desses bairros é considerado médio. As comparações possíveis, com países, seriam com a Bolívia que teve o IDH, em 2010, de

9 Site do Grupo Átomo & Alínea com a tabela com a lista do IDH de 169 países, em 2010, realizada pela ONU: <https://www.grupoatomoalinea.com.br/pub/media/productsattachment/Geografia_Humana_-_Ranking_do_IDH_2010.pdf>.

0,643 ocupando a nonagésima quinta posição e a Jamaica com o IDH, em 2010, de 0,688 ocupando a octogésima posição¹⁰.

Quanto aos onze bairros com o maior número absoluto de homicídios de 2011 a agosto de 2019 temos o bairro Rubem Berta com 533 homicídios, na primeira posição. Seguido da Restinga na segunda posição com 322 homicídios. Na terceira posição está o bairro Sarandi com 257 homicídios, seguido da Santa Tereza, em quarto, com 254 homicídios e da Lomba do Pinheiro, em quinto, com 227 homicídios. O bairro Mário Quintana fica em sexto com 216 homicídios. Na sétima posição está o Partenon com 129 homicídios, seguido do Passo das Pedras, na oitava, com 125 homicídios e da Vila Nova, na nona posição, com 124 homicídios. A décima posição é ocupada pelo bairro Cascata com 107 homicídios e o bairro Jardim Carvalho, em décimo primeiro, com 106 homicídios.

Somados, esses onze bairros têm um total de 2.400 homicídios, ou seja, mais da metade do total de homicídios em Porto Alegre nesse período que foi de 4.346. É importante pontuar que esses dados são referentes ao Raio X da Violência e não somam a totalidade dos homicídios ocorridos nesse período, contudo somam a sua maioria.

Ao observarmos esses três grupos podemos notar que cinco bairros constam entre os onze com o pior IDHM e entre os onze com o maior número de assassinatos em absoluto. São então a Restinga, a Lomba do Pinheiro, o Mário Quintana, o Passo das Pedras e o bairro Cascata.

Para alcançar os objetivos desse estudo será necessário comparar essas listas, contudo somente à lista com os onze bairros com o maior IDHM e os com o pior IDHM serão comparados. Isso se deve ao fato de quase metade dos bairros mais violentos serem também bairros com os piores IDHM. Os demais bairros na lista dos onze mais violentos também possuem indicadores semelhantes, mas um pouco superiores, aos com pior IDHM como, por exemplo, o IDHM médio desses bairros que fica em 0,724. Seguiremos, então, pela lista dos mais ricos, seguido dos mais pobres. O IDHM, os homicídios e

10 Site do Grupo Átomo & Alínea com a tabela do IDH dos países, em 2010, realizada pela ONU:

<https://www.grupoatomoalinea.com.br/pub/media/productsattachment/Geografia_Humana_-_Ranking_do_IDH_2010.pdf>.

latrocínios, totais, de cada um dos, noventa e quatro, bairros pode ser visualizado no anexo C.

3.3 A relação entre a pobreza, à violência e o cárcere

Para compreender a relação intrínseca entre a pobreza, a violência e o cárcere é importante compreender o que torna esses bairros com altos IDHM locais sem violência explícita, sem assassinatos ou com muito poucos e com altos índices de progressão social. Assim como será importante ver esses mesmo índices e taxas para os bairros pobres.

Apresentaremos, então, os dados coletados do ObservaPOA – Observatório da Cidade de Porto Alegre¹¹ dos bairros com alto IDHM, os comparando com os dados gerais da cidade inteira. Posteriormente apresentaremos os dados dos bairros com baixos IDHM, os relacionando com os dados que forma apresentados dos bairros ricos, ou seja, com alto IDHM e com os dados da cidade.

Após apresentar esses bairros em grupos utilizaremos alguns bairros específicos como exemplos para debater outras distinções ou semelhanças entre eles. Serão dois bairros da lista dos altos IDHM, sendo o Bela Vista que possui bons índices gerais e o Belém Novo que possui índices destoantes. E um bairro do grupo dos piores IDHM, sendo o Mário Quintana, que possui péssimos índices.

Por último, faremos um apanho dos dados apresentados com os dados da SUSEPE RS, buscando assim demonstrar a relação entre a pobreza, à violência e o cárcere, onde as pessoas pobres, pretas e sem educação que são mortas e encarceradas.

É importante pontuar que as médias serão feitas por esse estudo, pois no ObservaPOA esses dados estão de forma individual, por tanto se somara os valores e os dividira pelo número de bairros para se chegar as taxas médias entre esses bairros. Isso será realizado para demonstrar como esses bairros compartilhar características entre si, não sendo fenômenos isolados, mas resultados das políticas públicas adotadas pelo Estado.

11 ObservaPOA. Disponível em: <<http://www.observapoa.com.br/>>.

Já os dados referentes aos homicídios serão a partir do Raio X da Violência da Gaúcha ZH¹². As taxas para cada 100 mil habitantes, também, serão calculadas pelo presente estudo, realizando o cruzamento com os dados do ObservaPOA. Utilizara-se então da metodologia de análise qualitativa para a exploração dos dados.

Primeiramente, é importante compreender as condições materiais na qual as pessoas dos bairros ricos vivem. É relevante considerar que esses bairros possuem números próximos uns aos outros com poucos contrastes significativos, exceto o bairro Belém Novo. A partir das previsões do Censo de 2010, esses onze bairros somados chegam a 129.224 pessoas em 2017.

A renda média do responsável do domicílio é de 11,82 salários mínimos. A renda média é de R\$ 3.514,45. Ou seja, é mais que o dobro da renda média da cidade que fica em R\$ 1.6 mil. É importante considerar que no caso da renda média o censo foi realizado em 2010 quando o salário mínimo era de 500 reais. Por tanto para aquela época era de sete vezes o salário mínimo. Para a atualidade, onde o salário mínimo é de R\$ 1.100,00¹³, é mais de três vezes.

Em média 39,07% da força de trabalho têm a carteira de trabalho assinada e 88,75% dos trabalhadores possuem o ensino médio completo. O que são taxas extremamente elevadas no quesito de condições de qualidade material. É interessante observar como apesar das elevadas rendas, o percentual de trabalhadores de carteira assinada não chega a altos níveis, levando a conclusão de que são empregos de alta qualidade e não precarizados.

A educação e a cultura são outros fatores importantes para se observar. Junto esses onze bairros possuem 15 escolas estaduais de nível fundamental, 19 escolas privadas de nível fundamental, 4 escolas estaduais de nível médio e 13 escolas privadas de ensino médio.

A taxa média de analfabetismo fica em 0,82% levando em consideração, como já dito, os destoantes números de Belém Novo, que puxaram essa taxa para cima. Esse número é extremamente destoante da média da cidade que é

12 GZH especiais, Raio X da Violência. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/especiais/raio-x-da-violencia/>>.

13 DIEESE, Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>.

de 3,86%. A média da taxa de crianças e jovens, de 6 a 14 anos, fora da escola é de 1,16%. Diversos bairros tem essa taxa zerada. A média da taxa de crianças residindo em imóvel onde nenhum dos pais possui o ensino fundamental completo é de 6,9%. Novamente aqui o bairro Belém Novo apresenta taxas destoantes que elevaram esse dado. Junto esses bairros possuem 28 locais de cultura, como cinemas, bibliotecas, teatros, museus, etc.

Outro fator essencial é a saúde. O acesso à saúde é um ponto interessante de se observar. Para todos esses onze bairros há somente duas Unidades de Saúde (US), localizadas diretamente nos bairros. É importante pontuar que todos os bairros da cidade possuem o acesso a essas unidades, mas aqui essas unidades ficam em outros bairros em sua maioria. Há também três hospitais localizados nesses onze bairros. No que tanga a mortalidade infantil a média da taxa desses bairros fica em 5,95 para cada 1 mil nascidos vivos. Para a cidade de Porto Alegre/RS esse valor é de 11,6 para cada mil nascidos vivos, ou seja, as crianças porto-alegrenses morrem quase o dobro a mais do que as crianças dos bairros ricos.

Os indicadores sociais e de desenvolvimento humano também são cruciais. O IDHM desses bairros já foi apresentado, mas se calculado a média do IDHM desses bairros ficaria em 0,955. A Prosperidade Social em todos esses bairros é considerada muito alto e a Vulnerabilidade Social média ficaria em 0,061 mais de quatro vezes abaixo da média de Porto Alegre, que é de 0,249.

O último ponto imprescindível para se observar, são os números absolutos de homicídios e as taxas para cada 100 mil habitantes. Todos os bairros onze bairros do primeiro grupo, referente aos com o maior IDHM, compartilham entre si os baixos níveis de violência. Se somarmos todos os homicídios ocorridos nesses bairros, de 2010 a 2019, chegaremos a 62 pessoas assassinadas. A taxa média de homicídios nesses bairros, em um período de nove anos, ficaria em 47,98 para cada cem mil habitantes. Se a dividirmos por ano, essa taxa ficaria na média de 5,33 homicídios para cada cem mil habitantes, a cada ano. Diversos bairros desse grupo não registraram nenhum homicídio durante todo esse período. Somente o bairro Belém novo teve 27 desses 62 homicídios.

A pior taxa de homicídios já registrada no estado do Rio Grande do Sul foi de 26,4 homicídios para cada 100 mil habitantes, em 2017. No ano de 2020 o estado teve a sua menor taxa de homicídios nos últimos onze anos, atingindo 14,8 homicídios a cada 100 mil habitantes. Observa-se que esses bairros possuem uma taxa de homicídios extremamente menor que a do estado, até mesmo para a menor taxa da última década,¹⁴ que foi afetada pela pandemia de Covid-19. .

Os bairros ricos ostentam, então, altos índices sociais e de desenvolvimento humano, assim como acesso a saúde, a cultura e a educação de qualidade, ocasionando, assim, em bons índices de segurança no que tange aos homicídios. As pessoas nesses bairros vivem em boas condições materiais, com bons trabalhos e boas remunerações, assim como, com o acesso a lazer e a cultura e, fundamentalmente, não precisam lutar contra uma guerra contra a sua classe, pois não são pobres e nem pretos em sua maioria esmagadora.

Observa-se assim como esses fatores, somados, representam a possibilidade de prosperar socialmente e de não estar vulnerável ao capitalismo e a criminalização da pobreza. Esses habitantes não encontram a violência e os corpos em suas portas, como ocorre nos bairros pobres, como veremos a seguir.

Quando olhamos para esses indicadores dos onze bairros com o menor IDHM de Porto Alegre/RS, percebemos mais claramente a diferença e a relação que esses indicadores e taxas guardam entre si. Antes de adentrarmos nesses dados é importante falar quantas pessoas vivem nesses bairros. A partir das previsões do Censo demográfico brasileiro de 2010, calcula-se que esses bairros teriam 231.267 pessoas no ano de 2017. Esses onze bairros mais pobres tem mais de 100 mil pessoas a mais que nos bairros mais ricos.

Então no que tange a condição material, a renda média do responsável pelo domicílio é de 1,80 salários mínimos. Essa renda é seis vezes menor que nos bairros com alto IDHM (11,82 salários). A renda média fica em R\$ 507,48. Lembrando que a renda média da cidade é de R\$ 1.6 mil, a renda nesses

14 Site Gov. RS, Polícia Civil: <<https://www.pc.rs.gov.br/em-dois-anos-de-governo-rs-consolidam-menor-taxa-de-homicidios-por-100-mil-habitantes-desde-2010#:~:text=Com%20uma%20taxa%20de%2053,O%20ano%20%C3%A9%202020>>.

bairros é menos de três vezes, em média, a renda das outras pessoas da cidade e quase sete vezes inferior aos dos bairros ricos (R\$ 3.514,45).

Dentre a força de trabalho, a média dos que possuem emprego de carteira assinada nesses bairros é de 61,24% e dos trabalhadores, apenas 32,83% possuem o ensino médio completo. Esse último dado é quase três vezes inferior aos bairros com alto IDHM (88,75%). Aqui é importante ponderar que o percentual de trabalhadores com carteira assinada é superior aos bairros ricos (39,07%), mas as rendas médias são extremamente menores. Um dos fatores para isso é a visível falta de educação formal, a falta do ensino médio completo e muitas vezes do fundamental.

No que se refere à educação, existem 18 escolas municipais de ensino fundamental, 33 escolas estaduais de ensino fundamental, 3 escolas privadas do fundamental e 1 instituição federal que aborda o ensino fundamental. Aqui é interessante observar que o número de escolas públicas é elevado e as privadas são quase que inexistentes. Outro ponto é a grande presença de escolas municipais, que são inexistentes nos onze bairros mais ricos, e que são escolas, reconhecidamente, mais precarizadas pela quantidade inferior de verbas em relação às estaduais, assim como contendo as piores condições salariais de seus professores.

De nível médio, existem 11 escolas estaduais, 2 escolas privadas e 2 federais. Aqui podemos observar os números absolutos. Apesar dos bairros mais pobres conterem mais de 100 mil pessoas a mais que os bairros ricos existem apenas 15 instituições que ofertam o ensino médio, em comparação os bairros com o maior IDHM possuem 17. Fica evidente a falta de acesso ao ensino médio, com diversos bairros desse grupo, sem ao menos uma escola de ensino médio.

No mais, é importante ressaltar que algumas dessas escolas são uma só instituição, abordando o ensino fundamental e médio juntos. Contudo o que importa a esse estudo é o acesso a essas etapas de ensino e não o número de edifícios. Isso também vale para os outros bairros ricos.

Quanto à taxa de analfabetismo essa fica em 5,48%, ou seja, quase sete vezes superior a dos bairros ricos (0,82%) e acima da média da cidade (3,86%). Já a taxa de crianças e adolescentes, de 6 a 14 anos, fora da escola é de 4,26%, sendo quase quatro vezes a taxa dos bairros com alto IDHM. A taxa

de crianças residindo em residências onde nenhum dos pais tem o ensino fundamental completo é de 30,90%. Esse dado é extremamente alarmante, ainda mais quando comparada com os bairros ricos, onde essa porcentagem é mais de quatro vezes inferior (6,9%). Quanto ao acesso a cultura, enquanto nos bairros com alto IDHM havia 28 locais aqui há, apenas, 5.

Ao demonstrar as diferenças entre esses grupos de bairros, pudemos perceber como o acesso a educação e a cultura é extremamente diferente neles. Essas crianças e adolescentes que não terão acesso a qualquer oportunidade digna de futuro com o acesso a educação são as que lotaram, e lotam, as celas dos presídios gaúchos, como veremos mais adiante.

No que tange ao acesso a saúde, observa-se a forte presença da saúde pública. Esses onze bairros com baixo IDHM, contam com 37 Unidades de Saúde (US) e 2 hospitais. Os bairros com alto IDHM quase não tinham essas unidades em suas regiões, o que nos leva a concluir que eles demandam menos da saúde pública precarizada e que tem mais acesso a hospitais (3). Além disso, pudemos perceber como a vida de crianças pobres vale menos que a de crianças ricas. Um fato que demonstra isso é a taxa de mortalidade, nos bairros pobres ela é de alarmantes 15,20 para cada mil nascidos vivos. É, então, quase o triplo da taxa dos bairros desenvolvidos (5,95%) e significativamente superior à taxa da cidade que é de 11,6%.

Quanto aos indicadores sociais, temos a média do IDHM, que já foi apresentado de forma individual, em 0,669. Quanto a Prosperidade Social desses bairros é um dos dados mais variáveis, onde em sete bairros é baixo, em dois é médio e nos outros dois é alto. Aqui é interessante observar como esse indicador era estável nos bairros ricos, onde era sempre muito alto. Aqui ele apresenta significativas diferenças, mas sem conseguir alcançar os com alto IDHM. O índice de Vulnerabilidade Social, também, ajuda a compreender a precarização em que essas pessoas se encontram, aqui ele fica em 0,326, ou seja, mais de cinco vezes aos bairros com alto IDHM (0,061) e superior ao da cidade que fica em 0,249.

Referente à violência, os bairros pobres acumulam o total de 1.163 homicídios em um período de nove anos (2010-2019). Aqui temos a maior distância dos dados entre os bairros pobres e os ricos. Os homicídios, aqui, são mais de dezoito vezes aos bairros ricos (62). Utilizando a população

estimada para 2017, a taxa média de homicídios, em nove anos, fica em 502,88 para cada cem mil habitantes. A taxa média por ano ficaria em 55,87 homicídios para cada 100 mil habitantes. Essa taxa é o dobro do pior ano do estado do Rio Grande do Sul.

Ao comparar com os dados dos onze bairros com o maior IDHM, observamos a clara associação do IDHM aos homicídios. A taxa de homicídio desses onze piores IDHM é dez vezes a taxa dos onze melhores IDHM (5,33). Enquanto alguns bairros ricos não apresentaram nenhum homicídio sequer, nenhum dos bairros pobres deixou de registrar homicídios. Podemos concluir que esses onze bairros compartilham entre si, então, um alto grau de violência e assassinatos.

Um ponto importante para esse estudo será demonstrar que somente aumentar os indicadores sociais não é suficiente para conter a violência. É necessário realizar o desmonte dos instrumentos que fazem essa violência ser efetiva e estar em ascensão. Para isso é necessário dar fim a Guerra às Drogas, à criminalização da pobreza e ao sistema capitalista. Um exemplo disso é o bairro Belém Novo que possui um alto IDHM, mas também altos níveis de violência e desigualdade social.

Para observarmos os bairros mais diretamente, selecionaremos, agora, dois bairros entre os com o maior IDHM e um bairro com o pior IDHM, para então compara-los. Será, entre os ricos, o bairro Bela Vista que apresentou ótimos índices gerais e o maior IDHM da cidade e o bairro Belém Novo que apresenta um ótimo IDHM, mas com muitos indicadores destoantes. Entre os bairros pobres será o Mario Quintana, que tem o pior IDHM da cidade.

Analisaremos, então, os dados de abandono escolar do ensino médio e a aprovação do ensino médio no que se refere à educação. Quanto à infraestrutura olharemos a taxa de residências em condições precárias. Na segurança nos atentaremos aos dados de homicídio juvenil masculino, homicídio juvenil masculino preto e a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes. Por fim traremos a renda, para contextualizar os dados. Alguns desses dados permitiram a possibilidade da comparação em séries históricas, que demonstraram a movimentação desse dado, pelo primeiro e último registro. É claro, quando disponível.

A população do bairro Bela Vista é estimada em 12.419, em 2017. O abandono escolar, nesse bairro, foi de 1,69% em 2010 e chegou a 0,00% em 2017. Já aprovação foi de 95,48%, em 2010, para 91,80% em 2014, piorando em 3,85%. Nota-se então o fim do abandono escolar do ensino médio nesse bairro, além de um elevadíssimo índice de aprovação, que apesar da piora é ainda excelente. Pudemos constatar que os jovens desse bairro, além de terem sua permanência garantida, têm à certeza de sua aprovação. Esses jovens não serão os sem ensino médio completo e, por tanto, não serão o público majoritário do encarceramento em massa. Referente à habitação, não há pessoas vivendo em moradias precárias, tanto em 2000 quanto em 2010.

Quanto à segurança temos um aumento de 100% na taxa de homicídio juvenil masculino (15 a 29 anos) que foi de 0,00%, em 2006, para 100% em 2012. Para os jovens negros (15 a 29 anos) a taxa seguiu a mesma tendência indo de 0,00%, em 2010, a 100%, em 2012. Contudo é importante ponderar que apesar da explosão dessa taxa os números absolutos de homicídios e a taxa de homicídio para cada 100 mil habitantes são, ainda, extremamente baixas nesse bairro. De acordo com o Raio X da Violência ocorreram de 2011 a 2019 apenas 1 homicídio, no ano de 2018. Sendo assim, a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes ficaria em 0,72.

Observamos como no bairro Bela Vista os jovens têm a garantia de se formar no ensino médio, moram em habitações em boas condições e vivem em meio à pouca violência, presente, em suas vidas. Um dos principais fatores para isso é a classe social das pessoas que vivem nesse bairro. A taxa do responsável do domicílio que ganha acima de 10 salários mínimos teve uma diminuição de 29,32%, passando de 77,67%, em 2000, para 54,90%, em 2010, sendo ainda, assim, extremamente elevada e compondo a maioria dos moradores.

Na outra ponta, o número de responsáveis por domicílio que ganham até 1 salário mínimo teve um aumento de 174,19%, indo de 0,62% para 1,70%. Apesar do expressivo aumento percentual o índice ainda é mínimo. É nítido que as pessoas que habitam esse bairro são ricas e que o pobre aqui é quase inexistente e inexpressivo. Outro ponto é o percentual de pessoas brancas que compõem 96,94% da população do bairro. Os pretos são apenas 0,91%, os pardos 1,88%, os indígenas 0,02% e os amarelos 0,25%.

O fato de que os índices sejam excelentes, que as pessoas tenham muito dinheiro e que sejam brancas ocasiona em um tratamento privilegiado por parte do Estado. Isso é perceptível pelos indicadores, já que é o Estado o responsável direto por esses índices. Contudo ainda assim a Guerra às Drogas também terá efeitos aqui. É possível observamos isso pela explosão da taxa de homicídio juvenil, pois a violência dessa guerra se espalha por toda a sociedade, apesar de que de forma desigual. Mesmo que a polícia não assassine pessoas ali, pois não há pobres e pretos, o tráfico ainda existe e irá disputar o território, mesmo que com uma intensidade e presença extremamente reduzida, como pudemos notar pelos homicídios absolutos.

Já o bairro Belém Novo tem a população estimada em 10.642 habitantes, em 2017. A taxa de abandono escolar do ensino médio foi de 16,47%, em 2010, para 21,33%, em 2017, representando uma piora de 29,51%. Quanto à taxa de aprovação do ensino médio passou de 60,27%, em 2010, para 72,72%, em 2014, marcando um aumento de 19,86%. Esse é um indicador que demonstra as desigualdades internas desse bairro, que tem um crescente e alarmante número de jovens abandonando a escola, contudo aqueles que se mantiveram, tem um alto índice de aprovação. Ao compará-lo com o bairro Bela Vista, percebemos que aqui não há a mesma homogeneidade de classe.

Quanto à habitação ocorreu um significativo aumento de pessoas habitando residências em condições precárias que foi de 0,30% em 2000 para 6,90% em 2010, aumentando 2.200,00%. Esse é outro importante indicativo da desigualdade do bairro, enquanto no Bela Vista não há pessoas vivendo nessas condições, aqui além de haver, esta em crescimento. Ainda assim a maioria da população vive em boas habitações.

Referente aos homicídios a taxa de homicídio juvenil masculino (15 a 29 anos) teve uma significativa diminuição de 2006, indo de 50,00% para 0,00% em 2012, contudo é somente nesse ano que essa taxa zerou, inclusive essa taxa chegou a 100% em 2008. O homicídio juvenil masculino preto (15 a 29 anos) seguiu a mesma direção sendo zerado em 2012, contudo permaneceu em 100% em 2010 e 2011. O total de homicídios ocorridos no bairro, de 2011 a 2019, foi de 27 assassinatos. A taxa de homicídio ficou em 28,19 para cada 100 mil habitantes.

Constatamos que há uma nítida diferença com o bairro Bela Vista, o mais alarmante é a taxa de homicídio que é dezenas de vezes superior (0,72). No mais é possível ver como o aumento da presença de pessoas pobres e pretas leva ao aumento dos homicídios que aqui já começam a ser significativos, e lá eram quase inexistentes. A desigualdade do bairro e a maior presença da pobreza podem ser esclarecidas com os dados de rendimento e raça/etnia.

Quanto aos responsáveis pelo domicílio que ganham mais de 10 salários mínimos ocorreu uma diminuição de 37,83% indo de 8,30%, em 2000, para 5,16%, em 2010. Essa taxa é dez vezes inferior ao do bairro Bela Vista. Já os que ganham até um salário mínimo, tiveram um aumento de 69,87% passando de 14,24% para 24,19%. Nota-se que aqui, ao menos, um quarto da população é pobre. Quanto à raça/etnia da população temos já um percentual menor de brancos, mas ainda elevado, de 84,01% e um aumento significativo da população preta (5,93%) e parda (8,72%). Aqui já é possível começar a se visualizar o padrão dos bairros mais violentos, que é a presença significativa de pobres e pretos.

Como visto, apesar do bairro Belém Novo apresentar um alto IDHM, ele apresenta uma série de contradições deixando evidente que há uma grande desigualdade social propriamente no bairro, com um alarmante abandono escolar. No mais, é evidente de que as pessoas desse bairro vivem em condições piores do que as do bairro Bela Vista. Como dito, há a existência desse padrão de pobreza, falta de educação e, em maior porcentagem, de pessoas pretas com a violência. O bairro Belém Novo mostra algumas dessas características, mas é no bairro Mário Quintana, que tem o pior IDHM da cidade, que esse padrão demonstra-se nitidamente.

A expectativa da população do Mário Quintana é de 40.160 pessoas, em 2017. A respeito dos indicadores educacionais, temos a taxa de abandono escolar do ensino médio caindo progressivamente e melhorando em 62,89%, indo de 21,53% em 2010 para 7,99% em 2017. É interessante observar que esse dado é muito superior ao do bairro Bela Vista (0,00%), mas ainda assim inferior ao do bairro Belém Novo (21,33%). A aprovação no ensino médio também apresentou melhoras, passando de 42,01%, em 2010, para 48,74%, em 2014. Aqui já é possível se observar a queda progressiva da aprovação

entre o bairro Bela Vista (91,80%) e o Belém Novo (72,72%). No Mário Quintana observamos então como uma parte significativa dos jovens abandonam a escola e como mais da metade deles reprova na conclusão do ensino médio.

A situação das habitações é um dado alarmante e que apresenta piora de 46,08% indo de 30,14% em 2000 para preocupantes 44,03% em 2010. Enquanto não há pessoas vivendo nessas condições no bairro Bela Vista e há uma pequena, mas significativa, porcentagem no bairro Belém Novo (6,90%) aqui quase metade das pessoas vivem em moradias e condições precárias.

Quanto à segurança a taxa de homicídio juvenil masculino (15 a 29 anos) teve uma melhora de 2006 para 2012 de 21,20% passando de 69,23% para 54,55%. Aqui é importante ponderar esse dado. O pico dessa taxa ocorre em 2007 indo a 84,62% e vai decrescendo até 2011 quando chega a 45,45% e depois volta a subir em 2012. Então apesar da redução, o dado apresenta uma tendência de crescimento, diferente do bairro Belém novo que apesar de apresentar oscilação e chegar a 100%, em 2008, teve uma brusca redução no ano de 2012. Já o homicídio juvenil masculino preto (15 a 29 anos) apresenta piora de 33,33% indo de 50% em 2010 para 66,67% em 2012. Aqui observamos a mesma tendência de crescimento desses dois dados quando comparado a Belém Novo, que teve uma brusca queda nos dois dados.

No bairro bela Vista, essas duas taxas bateram 100% em 2012, contudo como dito é um bairro com muito menos homicídios, mas ainda assim é possível visualizar com clareza que em todos os bairros apresentados, essa taxa atingiu altos percentuais, demonstrando que esses grupos são as maiores vítimas, percentualmente. É claro que a Guerra às Drogas não é o único motivo de homicídios na cidade, contudo ela é a força motriz da violência e isso ficara evidente quando demonstrarmos a taxa e número de homicídios no bairro Mário Quintana.

De acordo com o Raio X da Violência, o bairro Mário Quintana registrou 216 homicídios de 2011 a 2019. É importante ponderar que no mesmo período o bairro Bela Vista registrou apenas 1 único homicídio e o bairro Belém Novo registrou 27 homicídios. Então é duzentas e dezesseis vezes a taxa de Bela vista e oito vezes a taxa de Belém Novo. Para cada 100 mil habitantes a taxa fica em 59,76, ou seja, mais que o dobro de Belém Novo (28,19) e mais de

oitenta vezes a taxa de Bela Vista (0,72). Aqui percebemos uma explosão da violência quando comparado a esses outros dois bairros e aqui é possível associa-la, diretamente, a dinâmica do tráfico de drogas que se impõe como uma fonte necessária de renda em meia a pobreza desse bairro, como veremos a seguir.

Então no que tange à condição salarial dos moradores do bairro Mário Quintana, apenas 0,60%, em 2010, recebiam mais que 10 salários mínimos enquanto em 2000 1,11% recebia a cima desse valor, representando uma queda de 45,95%. Esse valor é quase oito vezes inferior ao do bairro Belém Novo (5,16%) e mais de noventa vezes inferior ao, percentual, do bairro Bela Vista (54,90%). Quanto aos moradores que recebem até 1 salário mínimo, a taxa apresentou piora de 96,85% passando de 19,68%, em 2000, para 38,74% em 2010. Então enquanto apenas 1,70% dos moradores de Bela Vista recebiam até 1 salário e 24,19% de Belém Novo, aqui quase metade da população vive com, no máximo, o salário mínimo.

Ao apresentar os dados anteriores conseguimos observar como os bairros mais pobres e violentos têm maiores percentuais de pessoas pretas e pardas e aqui não é diferente. Ao olharmos para a raça/etnia dos habitantes desse bairro, percebemos o maior contraste quando comparado aos outros dois bairros. No Mário Quintana, 60,81% das pessoas são brancas, 17,91% são pretas e 20,71% são pardas. Enquanto apenas 2,79% das pessoas eram pretas e pardas em Bela Vista e 14,65% em Belém Novo, aqui quase metade da população é preta ou parda.

A relação da pobreza, da falta de educação, da violência e da raça/etnia é visível, contudo para demonstrarmos como elas se ligam com o encarceramento em massa, será necessário apresentar os dados da Superintendência dos Serviços penitenciários (SUSEPE) do estado do Rio Grande do Sul (RS), de 2020. Assim os analisaremos qualitativamente, junto aos dados já apresentados.

Há 40.404 homens presos nas penitenciárias do RS e 2.318 mulheres. Para esse estudo, somente abordaremos a população carcerária masculina. Quanto à raça/etnia 65,38% são brancos, 20,13% são “misto”¹⁵, 12,96% são

15 Essa é a nomenclatura adotada pelo site do DEPEN RS devendo referir-se a raça/etnia parda, que de fato é preta.

pretos, 0,91% são amarelos e 0,62% são indígenas. Aqui observamos que uma parcela significativa da população carcerária (34,62%) não é branca. Logo a maioria dessas pessoas, não brancas, que estão presas não podem advirem do bairro Bela Vista já que são quase inexistentes ali, mas sim provêm, em maior probabilidade, do bairro Mário Quintana que foi o bairro apresentado que mais contem população não branca e por sequência de Belém novo.

Os dados a respeito da educação são alarmantes. 59,94% tem o ensino fundamental incompleto, 13,60% tem somente o fundamental, 12,69% tem o ensino médio incompleto, 3,55% são alfabetizados e 1,89% são analfabetos. Aqui é importante destacar que o site do DEPEN informa mais três porcentagens, mas sem informar a que elas se referem, contudo a lógica será de que 6,94% tem o ensino médio completo e as duas outras porcentagens devem se referir a ensino técnico/profissionalizante e ensino superior, contudo é impossível distinguir qual é qual, contudo essas porcentagens são de 0,98% e 0,41%.

Portanto podemos distinguir dois grandes grupos os que não têm a educação formal completa (91,67%) e os que a tem (8,33%). É perceptível então que a maioria dos jovens presos não teve o acesso ou não conseguiram concluir a educação formal. Ao observarmos os bairros que possuem os piores indicadores educacionais são os bairros com baixo IDHM. Os bairros com alto IDHM, fora o Belém Novo, tem excelentes índices educacionais como demonstrado, logo a maioria esmagadora da população encarcerada não pode provir desses bairros, mas sim dos pobres. Observamos então que o fato de possuir o ensino fundamental completo lhe garante probabilidade exorbitante de não ser preso, possuir um ensino superior ou técnico lhe garante quase que uma garantia de não ser preso.

Referente à faixa etária temos que 28,74% possuem de 35 a 45 anos de idade, 19,16% tem de 25 a 29, 18,26% possuem de 30 a 34 anos, 16,01% tem de 18, a 24 anos, 13,50% possuem de 46 a 60 anos e 4,34% tem mais de 60 anos. Aqui pudemos notar uma das consequências da Guerra às Drogas, que é o envelhecimento da população carcerária (WAQUANT, 2003). No mais 35,17% enquadram-se na mesma faixa etária do homicídio juvenil masculino, que é de 14 a 29 anos. Percebemos, então, como além da grande possibilidade de serem mortos, esses jovens também compõem mais de um

terço do nosso sistema carcerário gaúcho. Em proporções, o bairro Mário Quintana foi o que mais apresentou o morticínio desses jovens. Assim como eles estão mais vulneráveis aos homicídios, eles também estão mais vulneráveis para o encarceramento.

O Estado Civil e os filhos dos presidiários nos permitem também a visualização de mais uma consequência da Guerra às Drogas e do encarceramento em massa. Dos encarcerados 65,5% não tem uma parceira (solteiros, separados, divorciados, viúvos, desquitados) e 34,5% são casados ou amigos.

Quanto aos dependentes, 52,4% da população carcerária possuem filhos. Desses detentos 10.437 possuem a partir de dois filhos e 9.604 possuem apenas um. Ao somar esses valores teríamos então no mínimo 40.096 crianças, que atualmente, possuem seu pai encarcerado. São, então, no mínimo 20.041 mães solas. Para compreender esse fator podemos fazer uma citação do atualmente vice-presidente da república Hamilton Mourão no Sindicato da Habitação (Secovi) ¹⁶:

Família sempre foi o núcleo central. A partir do momento que a família é dissociada, surgem os problemas sócias que estamos vivendo e atacam eminentemente nas áreas carentes, onde não há pai nem avô, é mãe e avó. E por isso torna-se realmente uma fábrica de elementos desajustados e que tendem a ingressar em narcoquadrilhas que afetam nosso país (Apud REURTES, Exame, 2018).

Como podemos observar esse efeito do encarceramento em massa não é uma mera consequência inesperada, mas sim um projeto político explícito. No mais desses 40.404 presos, 6.922 proveem da cidade de Porto Alegre/RS.

3.4 A efetiva criminalização da pobreza em Porto Alegre: a análise dos dados através da ótica do etnocídio, da criminalização da pobreza e da Guerra às Drogas

O etnocídio, a criminalização da pobreza e a Guerra às Drogas são processos históricos que podem ser medidos através de alguns, pontos, fatores e consequências. Esses pontos já foram apresentados no capítulo dois e aqui buscaremos demonstra-los a partir dos dados de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul. É importante destacar que nem todos os pontos poderão

¹⁶ REURTES, Exame, 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/mourao-diz-que-familia-sem-pai-ou-avo-e-fabrica-de-elementos-desajustados/>>.

ser demonstrados, pois muitos desses dados somente estão disponíveis em níveis nacionais, e não os utilizaremos aqui.

O primeiro ponto é a democracia que já teve suas consequências ressaltadas com a Guerra às Drogas, o encarceramento em massa e o etnocídio. Tais como o enfraquecimento das instituições democráticas pelo Estado Penal, o antagonismo e a limitação política dos encarcerados e a impossibilidade de qualquer ação política dos assassinados.

Quanto ao neoliberalismo, esse pode ser observado, como demonstrado, com a piora dos salários demonstrados nos bairros Bela Vista, Belém Novo e Mário Quintana. Todos esses bairros apresentaram pioras nas áreas salariais, como já apresentado. Em todos os três bairros apresentados, de 2000 a 2010, a parcela da população que ganhava mais que mais que 10 salários mínimos diminuiu significativamente (Bela Vista 29,32%, Belém Novo 37,83% e Mário Quintana 45,95%) e as parcelas da população que recebem até 1 salário (Bela Vista 174,19%, Belém Novo 69,87% e Mário Quintana 96,85%) e até 2 salários mínimos aumentaram (Bela Vista 170,08%, Belém Novo 76,78% e Mário Quintana 48,44%)¹⁷, o que representa uma piora, assim como a renda média do responsável pelo domicílio caiu (Bela Vista 49,00%, Belém Novo 26,88% e Mário Quintana 35,63%)¹⁸. O congelamento dos salários e a redução real deles são práticas e resultados conhecidos do neoliberalismo (BURKE, 2001). Alguns desses pontos já foram apresentados no segundo capítulo.

Os gastos públicos como citados são indicadores desses processos. Observaremos então os dados do Portal da Transparência da Prefeitura de Porto Alegre de 2010, início da publicação no site, a 2020, último ano completo. Primeiramente observaremos percentualmente o aumento do orçamento atualizado, de 2010 a 2020, de cada órgão selecionado.

O maior aumento percentual foi: da Procuradoria Geral do Município (PGM) que aumentou 192,05% indo de R\$ 20.251.810,00, em 2010, para R\$

17 Trabalhadores que recebem até 2 salários mínimos: o bairro Bela Vista passou de 2,44 para 6,59, o Belém Novo foi de 34,06 para 60,21% e o Mário Quintana passou de 55,39% para 82,22%.

18 Renda média dos responsáveis pelo domicílio: o bairro Bela Vista foi de 34,34 para 17,57 salários mínimos, o Belém Novo passou de 4,80 para 3,51 e o Mário Quintana foi de 2,61 para 1,68 salários mínimos.

59.145.240,24, em 2020; da Secretaria Municipal de Segurança (SMSEG)¹⁹ que aumentou 162,84% passando de R\$ 28.635.949,00 para R\$ 71.279.254,05; a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) teve um aumento de 153,41% indo de R\$ 906.305.537,00 para R\$ 2.296.664.082,15; depois a Secretaria Municipal de Educação (Smed/Poa) que teve aumento de apenas 84,66% passando de R\$ 480.572.118,00 para R\$ 887.429.036,54; por fim temos a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) que aumentou míseros 20,23% em 10 anos indo de R\$ 46.584.486,00 para R\$ 56.007.625,71.

Aqui podemos observar o que foi postulado anteriormente, que a criminalização da pobreza e a Guerra às Drogas levam ao aumento exponencial e percentualmente superior dos órgãos de segurança. (WAQUANT, 2003). Também vale pontuar o papel da Promotoria Geral do Município. Dos órgãos apresentados foi a que teve maior alta percentual. Esse desbalanceamento da defesa e da acusação também são características do processo de criminalização da pobreza e que encontra força em PoA.

A Secretaria Municipal de Cultura merece um destaque junto a Secretaria Municipal de Segurança. A SMC teve seu orçamento em constante aumento dos anos de 2010 a 2014 quando atinge o seu maior orçamento de R\$ 71.971.517,00, a partir de 2015 o orçamento é diminuído até o ano de 2018 quando volta a subir levemente. Até o ano de 2016 a SMC possuía um orçamento superior a SMSEG, contudo o ano de 2017 representou uma virada que permanece até agora. A SMSEG teve, então, o orçamento de R\$ 50.150.544,00, sendo superior a da SMC pela primeira vez que tinha o orçamento de apenas R\$ 44.870,684,51. No mais a única secretaria que teve seu maior valor em datas mais distantes foi a SMC. Todas as outras secretarias, aqui apontadas, tiveram seu maior orçamento nos anos de 2019 (SMSEG e Smed/Poa)²⁰ ou 2020 (PGM e SMS)²¹.

A falta de acesso a infraestruturas é outro ponto do processo de criminalização da pobreza. Teoricamente todos os bairros de Porto Alegre

19 De 2002 a 2012 chamava-se Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU). Em 2012 cria-se a Secretaria Municipal de Segurança (SMSEG) e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDH) que é extinta em 2018, sendo criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE), em 2017, que assume as funções da antiga SMDH. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdh/default.php?p_secao=78.

20 A SMSEG teve o orçamento de 104.237.343,14 e a Smed/Poa teve R\$ 964.218.560,99.

21 A PGM teve o orçamento de R\$ 59.145.240,24 e a SMS teve R\$ 2.296.664.082,24.

contam com acesso a serviços e infraestruturas básicas como educação, saúde e segurança. Como demonstramos nesse estudo isso não é um fato concreto. Primeiramente no que tange a segurança os números apresentados aqui já demonstraram a disparidade de violência entre os bairros ricos e os pobres, sendo impossível afirmar que os pobres tem o acesso a essa dita segurança.

Quanto à saúde apesar dos bairros com baixo IDHM contarem com Unidades de Saúde (US) e em número superior aos dos bairros com alto IDHM os bairros ricos contam com mais hospitais que os pobres. Levando em consideração o contexto de guerra aos pretos e pobres a distância dos bairros pobres até os hospitais pode significar a diferença entre a vida e a morte por decorrência dos confrontos armados que ocorrem todos os dias na cidade e deixam centenas de feridos ao ano.

No mais a qualidade desse serviço deve também ser questionada, as taxas de mortalidade, em especial a infantil é superior nos bairros pobres, até mesmo a média da cidade. É importante, principalmente nos dias atuais, sempre defender o Sistema Único de Saúde (SUS) que oferece saúde universal e gratuita, contudo é essencial que esse possa cumprir seu papel social e constitucional de forma qualitativa, pois isso define a vida e a morte entre essas pessoas.

A educação, em especial o ensino médio, apesar de ser ofertada para todos é, em determinados bairros, de mais difícil acesso ou até mesmo inacessível. Os onze bairros com baixo IDHM possuem menos escolas de ensino médio que os com alto IDHM. Um exemplo disso é o bairro Passo das Pedras que conta com uma população de no mínimo 16.755 habitantes e ainda assim não conta com nenhuma instituição de ensino médio no bairro. Para um jovem oriundo do Passo das Pedras acessar o ensino médio perpassa ter condições financeiras de utilizar, o caro e péssimo, transporte público de Porto Alegre. Caso contrário será necessário andar alguns quilômetros diariamente ou abandonar a escola.

Como demonstrado nesse estudo à falta de ensino é o fator mais marcante do encarceramento em massa no estado do Rio Grande do Sul, por tanto a falta de escolas de ensino médio em determinados bairros não é um

mero acaso, mas sim uma ação pensada do processo de criminalização da pobreza e mais um crime do estado contra essas populações.

As consequências desse projeto é, também, o aumento exponencial da desigualdade social que foi demonstrada no subcapítulo anterior, onde, os bairros ricos possuíam uma renda muito superior aos bairros pobres. Um exemplo da gigantesca desigualdade entre as condições materiais desses bairros foi o fato de mais da metade da população assalariada do bairro Bela Vista ganhar acima de 10 salários mínimos e essa fração ser quase inexistente no bairro Mário Quintana onde a maioria das pessoas vivem com até 1 ou 2 salários mínimos. Além disso a desigualdade social não é somente financeira, mas afeta todas as áreas da sociedade e uma demonstração disso foi a observação de que os bairros ricos contavam muito mais acesso a locais culturais do que os bairros pobres onde eram quase e inexistentes.

É importante destacar que esse processo causa massiva transferência de renda (BURKE, 2003), sendo assim pudemos notar também, como já demonstrado nesse capítulo, até mesmo os assalariados mais bem pagos estão diminuindo em quantidade e salário, pois a tendência do neoliberalismo e do aumento da desigualdade é que essa parcela da população esteja cada vez mais próxima dos pobres e mais distantes dos ultraricos que possuem um ultra-alto patrimônio líquido (UHNW)²² que é acima de 50 milhões de dólares.

Uma das consequências do crescimento da pobreza e da desigualdade é a fome que está crescente no estado do Rio Grande do Sul. O aumento da fome no RS é indicado pelo estudo “Segurança alimentar e sustentabilidade: ODS 2 no Rio Grande do Sul” de 2021²³ do Departamento de Economia e Estatísticas (DEE-SPGG) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) do estado do Rio Grande do Sul.

Então segundo os pesquisadores do estudo da DEESPGG Daiane Boelhouver Menezes, André Coutinho Augustin, Henrique Souza da Silva (p. 4, 2021):

22 Página da CreditSuisse. **Global wealth report 2021**. Research Institute. Credit Suisse, 2021. Disponível em: <<https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>>.

23 Gov.RS. Secretaria de Planejamento Governança e Gestão, notícias: <<https://planejamento.rs.gov.br/estudos-do-dee-spgg-mostram-a-situacao-do-rs-no-combate-a-pobreza-e-a-fome>>.

A meta 1 trata de segurança alimentar. Em 2013, o Rio Grande do Sul era o quinto estado do País em segurança alimentar (84,1%), assim como o quinto em menor insegurança alimentar grave (1,9%). Internacionalmente, o Mapa da Fome inclui países com mais de 5% da população em situação de insegurança alimentar grave. Esse patamar era superado por 10 estados brasileiros em 2013. Uma piora nesses resultados após 2013 era esperada, dada a crise econômica que se iniciou em 2015.

É importante esclarecer que a crise que se inicia em 2015 era, em parte, reflexo da crise de 2008 e foi terrivelmente acentuada pelo golpe parlamentar de 2016 sobre a então presidenta Dilma Vana Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT)²⁴.

A situação alimentar após esse período piorou como demonstra Menezes:

Em 2017-18, o RS, embora tenha sofrido diminuição do percentual de domicílios em situação de segurança alimentar (76,5%), sofreu uma redução relativamente menor que os demais estados e avançou para a condição de terceiro com maior proporção de domicílios com segurança alimentar. O percentual de domicílios com insegurança alimentar grave passou para 2,4%, e também nesse caso o RS melhorou sua posição de ordenamento, assumindo a terceira colocação. O número de unidades da Federação (UFs) que ultrapassaram o patamar de 5% em 2017-18 subiu para 16 (seis estados a mais do que em 2013). Em 2017-18, o Brasil como um todo já beirava 5% dos domicílios em situação de insegurança alimentar grave, ao passo que, em 2013, esse número era de 3,2%. (MENEZES et al., 2021, p. 4).

Os motivos para isso segundo Menezes da:

Além da crise econômica, os quase dois anos de pandemia, que demandaram isolamento social, simultaneamente a crises mais agudas de emprego e do recrudescimento da inflação, devem ter contribuído para agravar ainda mais esse quadro, exigindo mais ações para o combate da fome. (MENEZES et al., 2021, p. 4).

É importante ainda pontuar sobre o isolamento social. Apesar de o isolamento social impactar na economia, não podemos postular-lo como prejudicial à economia, pois foi uma medida essencial para salvar vidas e conter o avanço da Covid-19. Assim sem o isolamento social os custos em

²⁴ Em 17 de abril de 2016 por 367 votos favoráveis, 137 contrários e 7 abstenções a primeira presidenta mulher desse país foi afastada sem cometer nenhum crime e pior de forma seletiva e intencional. Para saber mais ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos PT: ascensão e queda. In: ____ **O Tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018. 504 p. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/4575248/mod_resource/content/1/Leitura%20B%C3%A1sica%2011-%20MOTTA%20Rodrigo%20Patto%20S%C3%A1.%20O%20lulismo%20e%20os%20governos%20do%20PT%20ascens%C3%A3o%20e%20queda.%20.pdf>.

vidas e hospitalares causariam impactos maiores na economia do que o isolamento causou.

Então a criminalização da pobreza e a Guerra às Drogas, também gera o aumento da violência. Para observar a dinâmica da violência utilizaremos dos dados estatísticos do Departamento de Planejamento e Integração Observatório Estadual da Segurança Pública da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS)²⁵.

A publicação dos dados é feita por causa da Lei nº 11.343/99 e a Lei nº 12.954/08, e a sua alteração a Lei nº 14.897/16. O período abrangido vai do primeiro semestre de 2011 ao primeiro semestre de 2021. Os levantamentos são divididos por semestres. É importante destacar que nesse período de uma década ocorreram mudanças na nomenclatura e organização da divulgação desses dados, mas não foram suficientes para impossibilitar a comparação na maioria dos dados.

A Guerra às Drogas no Brasil já deixou centenas de milhares de mortos. Ela cria uma dinâmica em que cada vez se emprega mais violência para combater violência. Somente na cidade de Porto Alegre entre 2011 ao primeiro semestre de 2021 assassinou-se 4.815 pessoas. Do primeiro semestre de 2011 ao primeiro semestre de 2021 tivemos uma redução de 184 para 124 homicídios, ou seja, 32,61%. Quanto às tentativas de homicídio, no mesmo período, elas chagam a 6.175 pessoas. A tentativa de homicídio também representou queda de 268 a 127, diminuindo 52,61%.

Após apresentar esses dados observamos uma queda nesses índices o que a princípio pode parecer contraditório a afirmação do aumento da violência pela criminalização da pobreza. Contudo é importante ressaltar que o tráfico de drogas contem uma dinâmica própria na qual as forças policiais apresentam pouca influência. Para demonstrar isso é necessário conhecer o contexto local. Em PoA tivemos a expansão da facção Bala na Cara que atingiu seu ápice no ano de 2016 quando a violência explodiu na cidade. Essa expansão pode ser visualizada através dos dados onde o maior índice de violência da década foi no ano de 2016. Ao compararmos, então, o ano de

25 GOV.RS, Secretaria da Segurança Pública, Estatísticas, Lei 11.343/99 (Lei Postal) e Lei 12.954/08 (Lei Stela). Disponível em: <<https://ssp.rs.gov.br/lei-postal-e-lei-stela>>.

2011 com o ano de 2016 temos os seguintes resultados. Os homicídios aumentaram em 75,45%, indo de 387, em 2011, para 679 em 2016. Já as tentativas de homicídio passaram de 590, em 2011, para 735, em 2016, aumentando 24,58%.

Como demonstrado essas expansões possuem picos de violência que tendem a diminuir depois do pico e se estabilizar por determinado período. A questão é que após a expansão o poder tende a se regionalizar, levando a rixas e fragmentações das facções, levando ao surgimento de novas facções e disputas entre essas. Assim, quase que como um ciclo, a violência retorna a subir exponencialmente. E agora nessa nova disputa será necessário se empregar um nível de violência superior a anterior para que o efeito psicológico do medo seja novamente efetivo. Além disso, as facções criam alianças entre si para negócios ou para a guerra, sendo assim isso também influencia nos índices de violência. No mais a pandemia de Covid-19 também alterou a dinâmica do tráfico ao alterar a dinâmica da sociedade como um todo. Isso acarretou na diminuição de diversos indicadores de violência, tendo a subnotificação marcada nesse processo.

Como dito as forças de segurança pouco influenciam na dinâmica do tráfico. Contudo sua maior influência é nos corpos que assassina e encarcera, assim como na violência empregada cada vez com maior brutalidade e recorrência fazendo com que o tráfico siga a lógica do aumento da violência junto às forças policiais. Para observar o trabalho das forças de segurança junto às pessoas pretas, pobres e “vileiras” podemos observar os índices de tentativas e assassinatos policiais, assim como as tentativas e assassinatos de policiais.

De 2011 ao primeiro semestre de 2021 as forças de segurança assassinaram 185 pessoas em somente em PoA. Do primeiro semestre de 2011 ao primeiro semestre de 2021 tivemos um aumento de 50% dos assassinatos de civis pelas forças policiais, passando de 4 para 6 assassinatos. Já o número de civis feridos por policiais somam 169 casos. De 2011 ao primeiro semestre 2021 tivemos de 9 a 0 no número de feridos, uma redução de 100%. 13 civis feridos 2011, 37 assassinados.

Quanto aos agentes mortos de 2011 ao primeiro semestre de 2021 tivemos 55 policiais assassinados. Do primeiro semestre de 2011 ao primeiro

semestre de 2021 tivemos uma queda de 100% indo de 10 a 0 homicídios. Já quanto aos feridos de 2011 ao primeiro semestre de 2021 tivemos 109 agentes feridos, com um aumento de 200% do primeiro semestre de 2011 a primeiro semestre de 2021, indo de 1 a 3 feridos.

Após apresentar os dados da violência policial pudemos destacar que os agentes policiais mataram muito mais que morreram. Além disso, o ano de maior violência policial foi em 2011 quando 16 agentes foram mortos e 37 civis foram assassinados. As forças de segurança não sofreram nenhuma baixa nos anos de 2017 e 2018. Enquanto isso o período máximo em que a polícia ficou sem assassinar foi de dois semestres em mais de uma década. Enquanto a mortalidade policial vem diminuindo a sua violência vem aumentando. Apesar de 2011 ser o ano em que as polícias mais assassinaram, os semestres que apresentam mais de 10 assassinatos vêm aumentando, demonstrando assim que a mortalidade civil por mãos policiais vem aumentando. Além disso, é importante ressaltar que a polícia militar assassina mais que a civil, contudo a polícia civil vem se tornando cada vez mais mortal. No mais a pandemia de Covid-19, como dito venho a derrubar os indicadores de violência de forma geral.

Outro ponto citado nesse estudo que a Guerra às Drogas causa é o aumento da circulação de armas de fogo na sociedade. Do ano de 2011 ao primeiro semestre de 2021 foram apreendidas pelas forças policiais 21.647 armas de fogo. As apreensões tiveram uma diminuição de 48,12% do primeiro semestre de 2011, onde se apreendeu 1.062 armas, ao primeiro semestre de 2021, que se apreendeu 551. No anexo B é possível observar uma relação das proporções de ferimento/morte de civis e policiais, apreensões de armas e prisões em flagrante.

A primeira metade dessa década é marcada por maiores apreensões de armas pela polícia civil, contudo na segunda metade a brigada militar passa a apreender mais. Considerando que é a brigada que lida com o policiamento ostensivo podemos concluir que estão apreendendo mais armas no cotidiano das ocorrências do patrulhamento ostensivo do que em apreensões advindas de operações da polícia civil. Levando a consideração de que essas armas estão se espalhando por mais mãos, diluindo-se na sociedade. É possível visualizar mais dados da segurança no anexo A.

Como já dito, a Guerra às Drogas levou aos resultados contrários aos propostos, levando ao aumento da produção, diminuição dos preços e aumento da circulação das drogas (BURKE, 2003; WACQUANT, 2003). Para constatar esse efeito podemos observar, além dos documentos já citados, o Acompanhamento dos Indicadores de Atividades das instituições Vinculadas²⁶ do Observatório Estadual da Segurança Pública do Departamento de Planejamento e Integração da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS) que, entre diversos dados, apresenta as apreensões de drogas pela Brigada Militar (BM) e pela Polícia Civil (PC).

As drogas que são, supostamente, o ponto central dessa guerra são os indicadores que apresentaram os piores resultados. De 2007 a setembro de 2021 a Brigada Militar e a Polícia Civil apreenderam, no RS, 153.975.194 gramas de maconha, cocaína, crack e haxixe, ou seja, mais de 153 toneladas de drogas. Do ano de 2007 ao ano de 2020 tivemos um aumento de 490,68% nas apreensões de drogas, indo de 3.608.859 gramas a 21.316.729 gramas apreendidas. No ano de 2015 registra-se pela primeira vez a apreensão de mais de 10 toneladas de drogas apreendidas, a partir desse ano nunca se apreendeu menos que 10 toneladas por ano.

A partir de 2019 a Brigada Militar passa a apreender, por ano, mais que o dobro de drogas que nos anos anteriores chegando a mais de 10 toneladas por ano. Somente do ano de 2019 até setembro de 2021 apreendeu-se 60.673.129 gramas, ou seja, mais de 60 toneladas. Em menos de três anos apreendeu-se 39,40% do total de drogas apreendidas desde o ano de 2007 no estado do Rio Grande do Sul. É possível visualizar as apreensões de 2007 a 2021 no anexo D.

Além das apreensões de drogas também podemos observar as ocorrências de posse e tráfico de drogas. O total de ocorrências por posse de entorpecentes foi de 9.491 de 2011 ao primeiro semestre de 2021. A segunda metade dessa década começava a se encaminhar para uma diminuição dessas ocorrências, contudo elas voltam a subir com força a partir do segundo semestre de 2019. Isso pode ser visto pelo aumento dessas ocorrências em 62,30% do primeiro semestre de 2011 ao primeiro semestre de 2021. Isso

26 Gov.RS, Secretaria de Segurança Pública, Indicadores de Atividades. Disponível em: <<https://ssp.rs.gov.br/indicadores-de-atividade>>.

reflete o resultado da reformulação da lei de drogas, que ocorreu no segundo semestre de 2019, sendo agora a Lei nº 13.840, de 05 de junho de 2019²⁷. Essa reformulação visa novamente o usuário, acaba com as políticas de redução de danos e prega a abstinência forçada por meio de clínicas evangélicas, alinhadas com o governo federal.

Quanto às ocorrências por tráfico de drogas temos o total de 25.983 casos de 2011 ao primeiro semestre de 2021. Esses casos tiveram uma pequena redução do primeiro semestre de 2011, quando registrou-se 1.313 casos, ao primeiro semestre de 2021, quando registrou-se 1.205, diminuindo 7,52%. A primeira parte da década soma números mais elevados de tráfico de entorpecentes, mas temos uma relativa estabilidade nessa década como demonstrado.

O encarceramento em massa é uma das consequências mais conhecidas da Guerra às Drogas (BURKE, 2001; WACQUANT, 2003). Aqui a observaremos por meio dos mandatos de prisões cumpridos e das prisões em flagrante. Quanto aos mandatos de 2011 ao primeiro semestre de 2021 foram cumpridos o total de 10.531. Apesar de apresentar uma grande redução de 51,8% do primeiro semestre de 2011 (500) ao primeiro semestre de 2021 (241) o número de mandatos cumpridos possui relativa estabilidade, sendo afetado pela pandemia que levou a uma considerável redução com demonstrado.

As prisões em flagrante demonstram o nível absurdo do encarceramento em massa. Somente em Porto Alegre foram presas 152.673 pessoas em flagrante em pouco mais de uma década. As prisões em flagrante eram extremamente elevadas de 2011 a 2013 onde prendia-se mais de vinte mil pessoas ao ano. Após esse período temos uma estabilidade até o ano de 2016 e 2017 quando volta a reduzir, onde prende-se mais de dez mil pessoas ao ano. Temos uma nova redução nas prisões em flagrante no período da pandemia. Sendo assim do primeiro semestre de 2011 ao primeiro semestre de 2021 temos uma redução de 99,40% nas prisões em flagrante indo de 13.663 a 2.264 prisões.

Apesar da redução progressiva que pudemos observar durante essa década os valores são ainda extremamente elevados e ao observar a relação

27 Planalto. Presidência da República, Secretária-geral, subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm>.

entre os mandatos cumpridos e as prisões em flagrante observamos que a maioria dos presos provem do patrulhamento ostensivo e não das operações policiais que são mais preparadas, planejadas e visam alvos mais altos no escalão do crime. A maioria dos presos em flagrante são os pretos, pobres e periféricos que por causa do estigma social são alvos das abordagens violentas e criminosas.

Outros pontos citados no capítulo dois foram a tortura, o aumento das penas e as novas tecnologias para o encarceramento, contudo esses três aspectos não serão abordados nesse estudo, pois compreende-se que os dados já citados dão suficientes para demonstrar os efeitos, previsíveis e denunciados, da criminalização da pobreza, da Guerra às Drogas, do Estado Penal e do encarceramento em massa.

Todos os pontos e proposições indicados pelos autores, no que tange a criminalização da pobreza e a Guerra às Drogas, foram devidamente abordados e demonstrados a sua presença no contexto do estado do Rio Grande do Sul e principalmente na cidade de Porto Alegre/RS. Apesar da influência da pandemia de Covid-19, os indicadores demonstraram a estabilidade da Guerra às Drogas, na década de 2010, no que tange a violência. Quanto às ocorrências relacionadas às drogas essas estão aumentando. Já as apreensões de drogas demonstraram ser o fator mais claro da Guerra às Drogas, onde as apreensões estão em ascensão exponencial.

3.5 Os dias atuais: “Estamos vencendo a guerra”

Até aqui pudemos observar como o estado, a sociedade e o capitalismo lidam com os pretos, pobres e vileiros/favelados, especialmente na cidade de Porto Alegre. Observamos como isso se insere no contexto do processo histórico de etnocídio e imperialismo, assim como sendo reflexos do colonialismo e do escravagismo. Aqui tentaremos então observar e dialogar, brevemente, sobre o que podemos esperar para os próximos anos no estado do RS e especialmente em PoA, a partir dos dados do governo do estado e do município e de suas sinalizações políticas. Abordaremos, então, a pobreza e a violência.

A pobreza e a extrema pobreza vêm crescendo no estado do RS e para constatar isso podemos observar o estudo “Erradicação da Pobreza: ODS 1 no

Rio Grande do Sul” de 2021²⁸ do Departamento de Economia e Estatísticas (DEE-SPGG) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) do estado do rio Grande do Sul. No entanto será importante realizar uma séria crítica à metodologia do estudo.

Segundo então o pesquisador do DEE-SPGG Thomás Pinheiro Fiori (2021, p 4):

Na meta 1.1, os indicadores se basearam na Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio Anual, do IBGE, utilizando os três patamares internacionais do Banco Mundial: a linha da extrema pobreza de US\$1,90 ppp per capita diários (R\$5,15) e as linhas da pobreza de US\$3,20 e U\$5,50, sendo a o patamar mais alto o recomendado para países e regiões com o nível de renda do Brasil. No período em que os dados estão disponíveis, entre 2015 e 2019, pôde-se observar uma aumento de todos os indicadores para a população total do RS e do Brasil, ainda que alguns anos mostrem melhorias marginais.

Quanto à necessidade da mudança do patamar para uma avaliação mais realista Fiori diz que:

Em 2015, o Banco Mundial atualizou a chamada “linha da pobreza extrema”, elevando de US\$1,25 para US\$1,90 ppp, aos preços internacionais de 2011, o patamar mínimo necessário para a sobrevivência nos 15 países mais pobres do planeta. Para o ano base de 2011, o valor correspondia a cerca de R\$ 3,15 de renda domiciliar per capita por dia (a uma taxa de câmbio de 1,66). (FIORI, 2021, p. 7).

Para o patamar de US\$ 3,20, teríamos segundo o estudo, a conversão para R\$ 5,31 e o patamar de U\$5,50 seria equivalente a R\$ 9,13. Isso para o ano de 2011. No que tange a atualização desses valores Fiori diz ainda que:

De acordo com a metodologia da Agenda 2030, o valor base das linhas de pobreza de 2011, em moeda nacional, é atualizado pelos índices anuais de inflação do IPCA. No Gráfico 1 é apresentada a evolução dos três patamares internacionais, deflacionados conforme a referência. (FIORI, 2021, p. 7).

Observamos, então, que segundo o estudo houve aumento de todos os indicadores de extrema pobreza. Guardemos, também, a informação de que a indicação do patamar para a extrema pobreza para países como o Brasil é o valor de U\$5,50. A cotação do dólar, segundo a UOL Câmbio, no dia 11 de novembro de 2021 era de R\$ 5,50 para cada U\$1, tanto para venda quanto

28 Gov.RS. Secretaria de Planejamento Governança e Gestão, notícias: <<https://planejamento.rs.gov.br/estudos-do-dee-spgg-mostram-a-situacao-do-rs-no-combate-a-pobreza-e-a-fome>>.

para compra²⁹. Convertendo o valor do patamar de US\$5,50 para o real teríamos o valor de R\$ 30,25 por dia. Esse valor, atualizado, é então mais que o triplo do postulado pela pesquisa. Se multiplicarmos esse valor para o período médio de um mês, 30 dias, teríamos o valor de R\$ 907,50. Esse seria o patamar de extrema pobreza para o Brasil. Pessoas vivendo com até esse valor seriam consideradas, então, extremamente pobres.

O estudo calcula a pobreza extrema pelos três patamares, chegando ao resultado de que, segundo Fiori:

Em 2019, a PNAD Contínua Anual estimou um total de 253.198 gaúchos vivendo com renda per capita inferior a US\$1,90 ppp por dia, número que sobe para 473.479 quando a linha é de US\$3,20 e para 1.264.781 abaixo da linha de US\$5,50. (FIORI, 2021, p. 8).

É importante destacar que o estudo utilizou-se para os cálculos dados em maioria de até o ano de 2019. Quanto à situação global e o período pandêmico temos segundo Fiori:

Dados do Banco Mundial apontam que, antes da pandemia da Covid-19, cerca de 8,2% da população mundial vivia abaixo da linha de pobreza extrema, 25% abaixo dos US\$3,20 e quase 50% abaixo dos US\$5,50 ppp diários, números que devem se agravar quando os dados de 2020 e 2021 forem disponibilizados. (FIORI, 2021, p. 8).

Apesar de o estudo pontuar que a situação deve agravar-se como observamos pela conversão atual do dólar a situação é extremamente mais precária do que o estudo sugere. Para isso podemos observar o salário mínimo, o valor da Cesta Básica de Alimento e do gás de cozinha.

O salário mínimo, em 2021, está no valor de R\$ 1.100,00. Observamos então que segundo esse estudo, seguindo a indicação do patamar mais alto, o salário mínimo garantiria, a uma pessoa, não ser considerada extremamente pobre. É necessário, então, questionar o valor de R\$ 907,50 para esse patamar. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) o valor da Cesta Básica de Alimentos em Porto Alegre em outubro de 2021 era de R\$ 691,08³⁰. Segundo a Petrobras, a partir dos dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o valor do Gás Liquefeito

29 UOL, Câmbio, Dólar Comercial. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

30 DIEESE, Em outubro, custo da cesta aumenta em 16 cidades. Nota à imprensa, 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202110cestabasica.pdf>>.

de Petróleo (GLP), o gás de cozinha, de outubro a novembro era de R\$ 102,77³¹.

Ao somarmos o valor da Cesta Básica de Alimento e do GLP temos o valor de R\$ 793,85. Somente esses dois itens essenciais gastariam 87,48% do valor do patamar da pobreza extrema e 72,17% do salário mínimo. É necessário questionar então como uma pessoa que tem a renda no irrisório valor de R\$ 907,50 pode ser considerada na pobreza extrema e não miserável se ela conseguira quase que somente comprar dois itens essenciais a sua sobrevivência. Mais ainda, é necessário questionar como o valor do salário mínimo poderia, segundo esse patamar, lhe retirar da extrema pobreza.

Ao trazer um dado mais atualizado o estudo mesmo contradiz suas proposições, como demonstra Fiori:

A primeira observação do CadÚnico é estarrecedora: em janeiro de 2021 eram quase 950mil gaúchos cadastrados com renda média domiciliar inferior a R\$89,00 – enquanto a estimativa da PNAD colocava menos de 250mil com renda de até R\$154,50). (FIORI, 2021, p. 5).

Observamos então que quase um milhão de gaúchos estão vivendo com menos de dez vezes o patamar recomendado para a extrema pobreza, sendo até mesmo difícil dizer em que patamar essas pessoas vivem. Além disso, já foi demonstrado aqui que a renda média dos onze bairros com o pior IDHM (R\$ 507,48) é de quase metade do valor do patamar mais alto e pouco a cima do mais baixo.

Além de ignorar a atualização adequada desses valores, Fiori ainda postula que:

No entanto, as proporções da população brasileira vivendo abaixo de todas as linhas são mais do que o dobro das apresentadas pelo Rio Grande do Sul, que ao patamar de R\$1,90 pode considerar a pobreza extrema tecnicamente erradicada (menos que 3% da população). Em 2019, o RS perdia apenas para Santa Catarina e Distrito Federal neste indicador. (FIORI, 2021, p. 4).

Segundo o estudo do DEE-SPGG a pobreza extrema no RS esta tecnicamente erradicada. Primeiramente a declaração por parte de uma

31 Petrobras, Preços de Vendas de Combustíveis. Disponível em: <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/precos-de-venda-de-combustiveis/index.htm?gclid=Cj0KCQiA-K2MBhC-ARIsAMtLKRu9DgvZXUIL_qaqo7b8w4E_4HMMm14mU9ippWNqXDL00hpadImWdtlaAIKHEALw_wcB#glp>.

secretaria do governo do estado de que a pobreza extrema está erradicada tecnicamente é absurda. Segundo o valor de U\$ 1,90 diário é uma zombaria e um escárnio. Esse valor se colocado no período de 30 dias ficaria em 313,50 reais. Esse valor seria apenas 34,54% do necessário para o patamar da pobreza extrema indicada e seria o suficiente para comprar apenas 45,36% de uma Cesta Básica de Alimento.

No mais isso postula a inexistência dessa população que encontra-se de fato em uma situação extremamente pior que a pobreza extrema. Essa população seria de mais ou menos 343.999 pessoas no estado do RS levando em conta os 3% citados no estudo e a população estimada do IBGE para o estado, em 2021, de 11.466.639 habitantes³².

Para compreendermos o interesse em considerar patamares tão inferiores e alegações tão absurdas, podemos observar as postulações do “sucesso” das políticas públicas para com os pobres, onde segundo Fiori:

Por outro lado, se os dados do cadastro mostram uma realidade muito mais dramática do que os da PNAD sugerem, neste caso pode-se dizer que o RS está se movendo na direção correta. Todos os anos entre 2015 e 2021 representam queda nessa proporção sobre a população total, que no início da série era de 16,6%. (FIORI, 2021, p. 5).

Além de estarmos nos movendo na direção “certa”, Fiori ainda diz que devemos comemorar:

Em todos os cenários, foi possível observar que a desagregação por região e grupos sociais trouxe uma melhor perspectiva do que, de fato, está pior e o que, em algum grau, se pode comemorar, em especial no Rio Grande do Sul. (FIORI, 2021, p. 5).

Segundo o governo do estado além da pobreza extrema estar erradicada tecnicamente, há motivos para se comemorar que a pobreza extrema, apesar de aumentar, apresenta bons dados quando nivelados por valores irrisórios e irreais com a realidade do país. Além de invisibilizar essas populações novamente vemos o caráter classista e racista desses processos onde os mais afetados pela pobreza extrema são segundo Fiori:

As mulheres representam 58% das pessoas na extrema pobreza pela definição nacional – e são 80% entre os chefes de família do cadastro. Além disso, cerca de 26% são pretos e pardos, embora sua proporção da população geral do RS não passe de 20%. [...] os

32 IBGE, Brasil, Rio Grande do Sul, Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>>.

jovens de até 24 anos tem indicadores mais do que duas vezes piores o dos adultos entre 25 e 59 anos e mais do que sete vezes piores do que os dos idosos acima de 60 anos. (FIORI, 2021, p. 5).

No mais além da posição de negação da pobreza extrema que o governo do estado adota temos ainda a declaração de que a erradicação da pobreza extrema não é um objetivo de fato, como diz Fiori:

É importante salientar que a erradicação da pobreza extrema não significa a inexistência de pobres, mas um patamar muito próximo a isso, já que há erros de mensuração, volatilidade de renda e outras particularidades. (FIORI, 2021, p. 7).

Quanto à pobreza pudemos notar que pelas próprias declarações e o estudo do governo vemos que além de negar a realidade precária da população, invisibilizar esses sujeitos, o estado burguês e o sistema capitalista nem em suas mais mirabolantes proposições não pretende ir até ao fim da erradicação da pobreza extrema, assim como o estado não pretende por fim a violência que assola a cidade de Porto Alegre como veremos a seguir.

Apesar de observamos aqui a violência e a perseguição que o estado impõe aos pretos, pobres e periféricos, o governo alega estar indo na direção certa, dando indicações e declarações do que depender deles a Guerra às Drogas e a criminalização da pobreza ira continuar e acentuar-se sempre que possível. Para isso temos a declaração do próprio vice-governador e secretário de Segurança Pública Ranolfo Vieira Júnior³³:

“Nunca poderei ter verdadeira alegria se não tiver paz. E o que é a paz? A paz é consequência da vitória. A paz exige de mim uma contínua luta. Sem luta, não poderei ter paz.” A sabedoria de São Josemaría Escrivá diz muito sobre nossa batalha contra a criminalidade no Estado. Não se trata apenas de reduzir índices de ocorrências de crimes, mas de gerar um ambiente favorável ao desenvolvimento, aos empregos, ao bem-estar — enfim, à felicidade. (VIEIRA JÚNIOR, 2021, ao GOV.RS).

Para Ranolfo Vieira Júnior, atingiremos a paz, o bem-estar e a felicidade manipulando a realidade, invisibilizando sujeitos e acima de tudo como o próprio Vieira Júnior diz (2021) com: “mais de 700 viaturas, quase 5 mil coletes e 800 fuzis”. Para compreender o pensamento do vice-governador e secretário de segurança, Ranolfo Vieira Júnior, vale destacar que São Josemaría Escrivá, o qual ele disse inspirar-se em sua sabedoria, foi importante membro da

33 VIEIRA JÚNIOR, Ranolfo. Choque na criminalidade. GOV.RS, imprensa, artigos, 2021. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/choque-na-criminalidade>>.

organização religiosa Opus Dei conhecida pelo seu conservadorismo e por missões de evangelização. Aqui pudemos perceber, novamente, a importância do cristianismo na Guerra às Drogas, em impor a moral e costumes cristãos a todos.

No mais o projeto RS Seguro que é proposta do governo de Eduardo Leite, PSDB, (2019-atual) pode alegar ter bons resultados e ter diminuído os indicadores de criminalidade, contudo o que foi demonstrado aqui é que essas alegações ignoram a dinâmica das facções e da própria pandemia de Covid-19 que ao alterar o cotidiano de todo o mundo alterou também, inevitavelmente, o das facções e da criminalidade. O RS Seguro nada mais é do que a continuidade da política de guerra aos pobres que somente apresentou redução no momento por causa da pandemia que já se encarrega do extermínio desses povos.

O que os dados indicam na verdade é uma década de relativa estabilidade dos indicadores, com foco na perseguição aos usuários de entorpecentes, e o que os teóricos aqui trazidos dizem. Que a Guerra às Drogas e a criminalização da pobreza somente fez aumentar a pobreza, a violência, a circulação de drogas e levou ao encarceramento em massa de pretos, pobres e periféricos que sem oportunidades de ensino, renda e progressão social viram no tráfico de drogas uma fonte de sobrevivência em meio à continuidade do processo etnocida do estado brasileiro.

Considerações Finais

Para a conclusão desse estudo, espero ter demonstrado o processo histórico da Guerra às Drogas e como esse se assentou sobre o processo da colonização, do escravagismo e do etnocídio, pois esses ainda seguem influenciando a nossa sociedade, que foi fundada e construída sobre esses processos. Ressalta-se que o processo de etnocídio dos povos pretos, pobres e indígenas segue em andamento e a Guerra às Drogas é mais um desdobramento dele. É o passado brasileiro de colonização, escravidão e etnocídio que dá a legitimidade e sustentação para que continuemos a violentar essas pessoas que nunca pararam de sofrer, ser perseguidas e violentadas. É essencial ressaltar que enquanto algo não for feito para interromper esse processo, ele seguirá em andamento.

Buscou-se demonstrar como esses processos foram criados e perpetrados a partir de uma lógica eurocêntrica colonialista e imperialista estadunidense. Como a influência dos EUA e a americanização da cultura brasileira somente fizeram trazer mais dor e sofrimento, piorando e acentuando esses terríveis processos históricos. A Guerra às Drogas, como dito, assentou-se em processos históricos brasileiros, mas ela foi criada pelos Estados Unidos e apropriada e imposta ao Brasil. A Guerra às Drogas, como visto, era uma conhecida arma política desde meados do séc. XIX com a Primeira Guerra do Ópio.

Essa guerra ao alastrar-se pelo país junto à demanda internacional, especialmente estadunidense e europeia, por drogas levou a modificação e ao surgimento de facções e até mesmo do primeiro cartel de drogas brasileiro que é o PCC. A proibição das drogas e os altos lucros, que cada vez mais são elevados pela proibição, criaram uma enorme soma de poder nas mãos das facções e levaram a um brutal aumento da violência, onde as drogas são, por vezes, a única fonte de sobrevivência para centenas de milhares de pessoas no Rio Grande do Sul.

Além de demonstrar o processo histórico brasileiro da Guerra às Drogas, também buscamos apresentar o processo histórico da criminalização da pobreza nos Estados Unidos da América e como esse se inseriu no contexto brasileiro. Observamos, então, como nos EUA o Estado semi-caritativo que

buscava, em certa medida, combater a pobreza, transformou-se em um Estado Penal que passou a combater os pobres de forma aberta, direta e brutal, criando o fenômeno do encarceramento em massa, nunca antes visto na história da humanidade.

Assinalamos os pontos do que configuraria a criminalização da pobreza e como poderíamos mensurar o Estado Penal, a Guerra às Drogas e o encarceramento em massa. Esperamos ter conseguido pontuar as adaptações necessárias para a aplicação do conceito de criminalização da pobreza para o contexto do estado do Rio Grande do Sul e especialmente para a cidade de Porto Alegre/ RS.

Esse estudo baseou-se no levantamento de dados realizado por diversas instituições e organizações. Ressalta-se, assim, a defesa do levantamento de dados públicos e da transparência desses dados que é de vital importância para a democracia, à sociedade e a ciência. É importante que a sociedade compreenda que são esses levantamentos e divulgações que permitem estudos como esse e o conhecimento da real situação do Brasil e do brasileiro. É vital, por tanto, que os levantamentos possam ser cada vez mais ampliados e divulgados e que principalmente o Censo Demográfico Brasileiro do IBGE seja realizado a cada década, sem atrasos. O fomento de observatórios, como o ObservaPOA, também é essencial para a divulgação mais direta de dados mais regionais.

Para demonstrar o que foi preconizado no estudo e pelos autores citados, apresentamos três grupos de bairros da cidade de PoA que compartilhavam entre si as condições sociais e econômicas. Assim pudemos demonstrar como essas pessoas vivem.

Demonstrou-se que nos onze bairros com o maior IDHM de Porto Alegre possuem uma condição de vida equiparável a da Noruega, o índice de vulnerabilidade é extremamente baixo, assim como a prosperidade social é muito alta. A renda média e do responsável pelo domicílio é extremamente alta e os trabalhadores possuem o ensino médio completo. A taxa de crianças fora das escolas é quase inexistente e a maioria delas vive em residências onde, ao menos, um dos pais possui o ensino fundamental completo. Os habitantes possuem acesso a uma grande quantidade de escolas, hospitais e locais culturais, as taxas de analfabetismo e mortalidade infantil são baixas. Os

bairros ricos quase não possuem homicídios, assim como a taxa de assassinatos para cada 100 mil habitantes é extremamente baixa, para a cidade.

Já nos onze bairros com o pior IDHM da cidade as pessoas vivem em condições equivalentes a países subdesenvolvidos e de terceiro mundo, com altos índices de vulnerabilidade social e a prosperidade social é relativa, mas predominantemente baixa. A renda média e do responsável pelo domicílio são baixas, os colocando em situação de pobreza extrema, de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Os trabalhadores estão em massa em empregos precários e mal remunerados, onde a maioria não possui o ensino médio completo. Há uma quantidade significativa de crianças e adolescentes fora da escola, assim como a muitas delas vivendo em residências onde nenhum dos pais possui o ensino fundamental completo. A quantidade de escolas é insuficiente, a maioria depende das Unidades de Saúde (US) e os locais de cultura são ínfimos. O analfabetismo é alarmantemente alto, assim como a mortalidade infantil. Os bairros pobres enfrentam uma pandemia de violência, com muitos homicídios e altíssima taxa de assassinatos para cada 100 mil habitantes.

Ao observar mais diretamente os bairros vemos as gritantes diferenças e desigualdades. O racismo é uma marca da pobreza presente na cidade, pois ela é construída sobre os corpos pretos e os marginalizados. Percebemos como o bairro Bela Vista é composto em sua maioria de pessoas brancas, que ganham a cima de 10 salários mínimos, com mínimos índices de violência, mas que estão crescendo. Os jovens estão na escola e se formando, morando em boas residências, com seus direitos constitucionais garantidos e vivendo sob a luz da dignidade.

No bairro Belém Novo, que é um bairro periférico no sentido geográfico, apesar do excelente IDHM observou-se uma crescente desigualdade, onde um mínimo ganha o equivalente aos seus conterrâneos do Bela Vista. A maioria dos trabalhadores aqui ganham até 2 salários mínimos (60,21%) e vivem em boas residências. A maioria dos habitantes ainda é branca, mas assim como a desigualdade e a violência começam a dar as caras nesse bairro, o percentual de pretos e pardos também já começa a aparecer. Muitos jovens estão fora da escola e a sua maior mortalidade é o homicídio, contudo aqueles que têm

condições de não abandonar, conseguem em sua maioria se formar. Assim como PoA o bairro Belém novo é desigual, a dignidade e a prosperidade social existem, mas não é para todos.

Já no bairro Mário Quintana quase metade da população já é preta ou parda, e quase metade dos trabalhadores recebem até 1 salário mínimo. Os que ganham a cima de 10 salários mínimos quase não existem. Menos jovens abandonam a escola aqui que em Belém Novo, talvez por causa dos auxílios sociais, mas a maioria dos jovens acaba por reprovar. Quase metade dos habitantes vive em moradias precárias, que são contrárias ao Estado de Direito e a sua dignidade. A violência assola as ruas com um exército de jovens pobres e pretos sendo assassinados todos os dias nas mesmas ruas, levando com eles toda a dignidade de uma sociedade verticalizada que assiste de camarote ao seu etnocídio.

O etnocídio dos povos pretos e pobres é um fato e esse estudo permite reafirmar esse processo na cidade de Porto Alegre através dos dados apresentados. Isso fica ainda mais nítido quando vemos os dados a cerca da população carcerária, onde pudemos observar como o fator racial, educacional e, obviamente, econômico está associado ao encarceramento em massa. São então jovens brancos e pretos, sem educação formal, pobres, oriundos de bairros com baixo IDHM e altos índices de violência que compõem a maioria absoluta dos encarcerados. Assim espera-se demonstrar a relação intrínseca entre a pobreza, à violência e o cárcere na cidade de Porto Alegre/RS.

Além de observar o contexto dos bairros, percebemos como esses bairros estão em uma cidade onde há a efetiva criminalização da pobreza, a Guerra às Drogas, o Estado Penal e o encarceramento em massa e como isso é a perpetuação do etnocídio preto, pobre e periférico. Isso foi observado através da deterioração da democracia, do avanço do neoliberalismo e das consequentes e crescentes desigualdades sociais e reduções salariais. Do aumento dos gastos públicos com a Promotoria Geral do Município e da segurança, com a diminuição dos orçamentos de cultura ou menor aumento dos investimentos educacionais e de saúde.

Constatamos a falta de acesso a infraestruturas públicas e essenciais, onde se carece até mesmo de escolas de ensino médio e a falta de educação formal é a regra, tanto para a vila, quanto para o cárcere. Vimos, também, a

falta de acesso a serviços básicos como a saúde, onde crianças pobres morrem mais que as ricas, onde as políticas de segurança para a vila/favela são constituídas do fuzil e da bala. E ainda que essas pessoas pobres consigam o seu direito de acesso encontram condições precárias que muitas vezes inviabilizam o propósito desses serviços e infraestruturas.

Percebemos como os pobres ficam cada vez mais pobres e os ricos mais ricos. Onde a fome volta a predominar e que muitas vezes nunca se quer deixou de existir. Vimos que a democracia e o povo são golpeados para poderem ser explorados sem nenhum escrúpulo, onde a fome e a miséria são os objetivos.

Verificamos, no presente estudo, como esses processos levaram ao aumento da violência generalizada e deixaram pilhas de milhares de assassinatos e outros milhares de feridos somente em Porto Alegre/RS em uma década. Como esses índices são mascarados pela própria dinâmica do tráfico de drogas e da pandemia. Como esses assassinatos são, também, cometidos pelas forças policiais, que em teoria, deveriam proteger, e que esses mesmos policiais são também vítimas dessa violência.

Além da violência, notamos como a criminalização da pobreza e a Guerra às Drogas trouxe, também, uma circulação de armas alarmante, onde se apreendeu, em uma década, dezenas de milhares de armas de fogo e isso sendo somente o que foi apreendido. Onde essas armas espalham-se cada vez mais pela sociedade, tornando-se um meio de resolução de conflitos para lugares e situações onde o Estado decidiu não mediar.

Observamos que apesar de pregar o fim das drogas à guerra aos pobres somente aumentou sua produção e circulação, apreendendo-se dezenas, e mais de uma centena, de toneladas de drogas, em somente uma década. Drogas essas que cada vez mais livres acabam por se tornar o alento de pessoas que não aguentam mais sofrer e que precisam de alguma fonte de renda para a sobrevivência sua e de sua família. E guerra essa que cada vez mais afeta os usuários e os proclama como bodes expiatórios para os males sociais do capitalismo e do Estado burguês.

Demonstramos como a Guerra às Drogas é um pretexto para matar e encarcerar em massa mais de uma centena de milhares de pessoas, somente no Rio Grande do Sul. Que cada vez mais se prende, ostensiva e

violentamente, pretos, pobres e periféricos de baixo escalão. Como essa guerra garante a perpetuidade da pobreza, destruindo famílias e crianças que são condenadas juntas nesse processo. Que a Guerra às Drogas crie o encarceramento em massa que cria complexos carcerários capazes de prender dezenas de milhares de pessoas por vez, e isso somente no estado do RS.

Além de toda a violência, pobreza e encarceramento que a Guerra às Drogas levou, vemos ainda uma estabilidade da maioria desses indicadores para a década de 2010. Estabilidade essa que somente deve dar lugar a um novo aumento da violência, da pobreza e do encarceramento e que o próprio Estado gaúcho e as autoridades se asseguraram de que assim seja, pois a compreensão das autoridades governamentais é de que o combate aos pobres deve continuar, e sem mudanças, como alega o vice-governador Ranolfo Vieira Júnior³⁴:

Esse é um dos propósitos que perseguimos desde o início do nosso governo. Sem rupturas, mas com evolução, adotamos a segurança entre as prioridades. Por isso, celebramos o fato de encerrar o primeiro semestre deste ano consolidando importante marca recente: a criminalidade segue em queda no Rio Grande do Sul. (VIEIRA JÚNIOR, 2021, GOV.RS imprensa).

Como já demonstrado aqui os efeitos dessas políticas são desastrosas ao povo preto, pobre e periférico e a redução de alguns indicadores da criminalidade nada mais é do que efeito da dinâmica das facções e da pandemia de Covid-19. Ainda assim esse é um ótimo exemplo de como a Guerra às Drogas é instrumentalizada por políticos, principalmente de direita, para realizar falsas alegações e apresentar falsos progressos. Assim como fornece, também, uma falsa retórica que culpa todos os problemas sociais pelo uso de drogas e a violência (WACQUANT, 2003), como o exemplo de Vieira Júnior:

A segurança pública e o desenvolvimento caminham de mãos dadas, e a conexão entre ambos é decisiva para a construção de um Estado forte e competitivo. Combater e reduzir a criminalidade gera um efeito cascata: atrai novos investimentos, proporciona mais saúde, educação e lazer, contribui para aumentar a produtividade no campo, amplia as oportunidades de emprego e renda e melhora a qualidade de vida da população. (VIEIRA JÚNIOR, 2021, GOV.RS, imprensa).

34 VIEIRA JÚNIOR, Ranolfo. Segurança, qualidade de vida e desenvolvimento. GOV.RS, imprensa, artigos, 2021. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/seguranca-qualidade-de-vida-e-desenvolvimento>>.

Quanto aos dias atuais, infelizmente, o que podemos esperar é a perpetuidade da criminalização da pobreza, do Estado Penal, da Guerra às Drogas, do encarceramento em massa, do imperialismo estadunidense e da etnocídio do povo preto, pobre e periférico. Contudo é importante, sempre, ressaltar que esses processos podem e devem ser interrompidos e que não poderão se perpetuar para sempre. Para concluir esse estudo, preconizamos que a luta contra esses processos de opressão é um dever da ciência, e da humanidade, sempre necessário.

Referências

Agência Brasil. ONU alerta que drogas movimentam US\$ 320 bilhões por ano. **EBC**, 13 mar. 2014. Memória. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/03/onu-alerta-que-drogas-movimentam-us-320-bilhoes-por-ano>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BURKE, Melvin. Visiones e ilusiones del tráfico ilícito de droga y la guerra contra las drogas em el siglo XX. In: _____. **Visiones de fin de siglo: Boívia y América Latina em el siglo XX** [Em ligne]. Lima: Institut français d' études andines, 2001. p. 493-517. Disponível em: <<https://books.openedition.org/ifea/7289>>. Acesso em: 21 out. 2021.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs). **O Brasil Republicano II – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 4ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2011.

CARNIERE, Santi. Maconha, o brasiguaiio que inunda a América Latina. **Ponte**, 20 abr. 2021. Disponível em: <<https://ponte.org/maconha-o-brasiguaiio-que-inunda-a-america-latina/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CARRANÇA, Thais. Censo 2021: congresso corta 90% da verba e IBGE diz que medida torna operação inviável. **BBC News**, São Paulo, 22 mar. 2021. Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56490188>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

CIPRIANI, Marcelli. **Da “Falange Gaúcha” aos “Balas nos Bala”**: a emergência das “facções criminais” em Porto Alegre/RS e sua manifestação atual. Canoas/RS: Direito e Democracia, v.17, n.1, jan./jun., 2016. p.105-130. Disponível em: <https://www.academia.edu/33180951/Da_Falange_Ga%C3%B4cha aos Bala nos Bala a emerg%C3%Aancia das fac%C3%A7%C3%B5es criminais e m Porto Alegre RS e sua manifesta%C3%A7%C3%A3o atual>. Acesso em: 21 nov. 2021.

Dólar Comercial. **UOL**. Câmbio. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

Editoria de Segurança. Raio X da Violência. **Gaúcha Zero Hora**, 2019. GZH Especiais. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/especiais/raio-x-da-violencia/>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

Em outubro, custo da cesta aumenta em 16 cidades. **DIEESE**, 5 nov. 2021. Nota à imprensa. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202110cestabasica.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Estudos do DEE/SPGG mostram a situação do RS no combate à pobreza e à fome. **Gov.RS**, Secretaria de Planejamento Governança e Gestão, 15 out. 2021. Notícias. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/estudos-do-dee-spgg-mostram-a-situacao-do-rs-no-combate-a-pobreza-e-a-fome>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1985.

FIORI, Tomás Pinheiro. **Erradicação da pobreza: ODS 1 no Rio Grande do Sul**/Tomás Pinheiro Fiori. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/14175308-caderno-ods-1-erradicacao-da-pobreza-ods-1-no-rio-grande-do-sul.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

G1. Governo autoriza verba extra que garante orçamento mínimo para realização do Censo em 2022, diz IBGE. **Globo**, Rio de Janeiro, 12 out. 2021. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/15/governo-autoriza-complementacao-do-orcamento-para-realizacao-do-censo-em-2022-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

Global wealth report 2021. **CreditSuisse**, *Research Institute*, 2021. Disponível em: <<https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

IBGE, Brasil, Rio Grande do Sul. Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Indicadores de Atividades. **Gov.RS**, Secretaria de Segurança Pública. Estatística. Disponível em: <<https://ssp.rs.gov.br/indicadores-de-atividade>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

KANG, Jaeho. A mídia e a crise da democracia: repensando a política estética. **Novos estud.** - **CEBRAP**, São Paulo, n. 93, p. 61-79, jul., 2012.

Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a06.pdf>>. Acessos em: 19 nov. 2021.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. **História dos estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4170356/mod_folder/content/0/HIST%C3%93RIA%20DOS%20ESTADOS%20UNIDOS.pdf?forcedownload=1>. Acesso em: 19 nov. 2021.

Lei 11.343/99 (Lei Postal) e Lei 12.954/08 (Lei Stela): Relatórios com base nas leis n. 11.343/99 (2001 a 2016) e n. 12.954/08 (2008 a 2017). **Gov.RS**, Secretaria de Segurança Pública. Estatísticas. Disponível em: <<https://ssp.rs.gov.br/lei-postal-e-lei-stela>>. Acesso em 19 nov. 2021.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A Dinâmica da Escravidão no Brasil**: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos* 74, mar., 2006. p.107-123. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/xB5SjkdK7zXRvRjKRXRfKPh/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

MENEZES, Daiane Boelhouwer; AUGUSTIN, André Coutinho; SILVA, Henrique Souza da. **Segurança alimentar e sustentabilidade**: ODS 2 no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021. 20 p., il. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/14175311-caderno-ods-2-seguranca-alimentar-e-sustentabilidade-ods-2-no-rio-grande-do-sul-1.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MONTEIRO, John Manuel. "As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI: Transformação e resistência". In: DIAS, Jill (org.). **Brasil nas vésperas do mundo moderno**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1991. Disponível em: <<https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/aspopmonteiro.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos PT: ascensão e queda. In: **O Tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018. 504 p. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/4575248/mod_resource/content/1/Leitura%20B%C3%A1sica%2011-%20MOTTA%2C%20Rodrigo%20Patto%20S%C3%A1.%20O%20lulismo%20e%20os%20governos%20do%20PT%20ascens%C3%A3o%20e%20queda.%20.pdf>. Acesso em: 20 nov.2021.

ObservaPOA: observatório da cidade de Porto Alegre. **Prefeitura Porto Alegre**. Disponível em: <<http://www.observapoa.com.br/>>. Acesso em; 15 nov. 2021.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves (orgs.). **O**

Brasil republicano: o tempo do nacional estadismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p.324-349.

Os 'desertos alimentares' dos EUA, que condenam 47 milhões de pessoas a comer pouco e mal. **Globo**, G1, 6 jun. 2021. Mundo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/06/os-desertos-alimentares-dos-eua-que-condenam-47-milhoes-de-pessoas-a-comer-pouco-e-mal.ghtml>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: salário mínimo nominal e necessário. **DIEESE**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

Planalto. Presidência da República, Secretária-geral, subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm>. Acesso em: 19 nov. 2021.

Ranking do IDH 2010: Lista de 169 países e territórios, classificados segundo o Índice de Desenvolvimento Humano calculado com dados relativos a 2010. **Grupo Átomo & Alínea**, Geografia Humana. Disponível em: <https://www.grupoatomoealinea.com.br/pub/media/productsattachment/Geografia_Humana_-_Ranking_do_IDH_2010.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

REUTERS. Mourão diz que famílias sem pai ou avô é fábrica de elementos desajustados. **Exame**, 17 nov. 2018. Brasil. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/mourao-diz-que-familia-sem-pai-ou-avo-e-fabrica-de-elementos-desajustados/>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

RS consolida menor taxa de homicídios por 100 mil habitantes desde 2010. **GOV.RS**, Polícia Civil, 14 jan. 2021. Notícias. Disponível em: <<https://www.pc.rs.gov.br/em-dois-anos-de-governo-rs-consolida-menor-taxa-de-homicidios-por-100-mil-habitantes-desde-2010#:~:text=Com%20uma%20taxa%20de%2053,O%20ano%20%C3%A9%202020>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. **A história das drogas e sua proibição no Brasil:** da Colônia à República. Tese USP. São Paulo, 2016. 371 p. (PPG de História Social). Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05102016-165617/publico/2016_CarlosEduardoMartinsTorcato_VCorr.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

Unidade dos Indígenas e Direitos Específicos. **Prefeitura de Porto Alegre**. Histórico. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdh/default.php?p_secao=78>. Acesso em: 17 nov. 2021.

VALOIS, Luís Carlos. **O Direito Penal da Guerra às Drogas**. 3ª ed. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácio, 2020. 702 p.

VIEIRA JÚNIOR, Ranolfo. Choque na criminalidade. **GOV.RS**, artigos, 19 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/choque-na-criminalidade>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

VIEIRA JÚNIOR, Ranolfo. Segurança, qualidade de vida e desenvolvimento. **GOV.RS**, artigos, 9 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/seguranca-qualidade-de-vida-e-desenvolvimento>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres**: A nova gestão da pobreza nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 168p. Disponível em: <<http://arquimedes.adv.br/livros100/Punir%20os%20Pobres%20-%20Loic%20Wacquant.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2021.

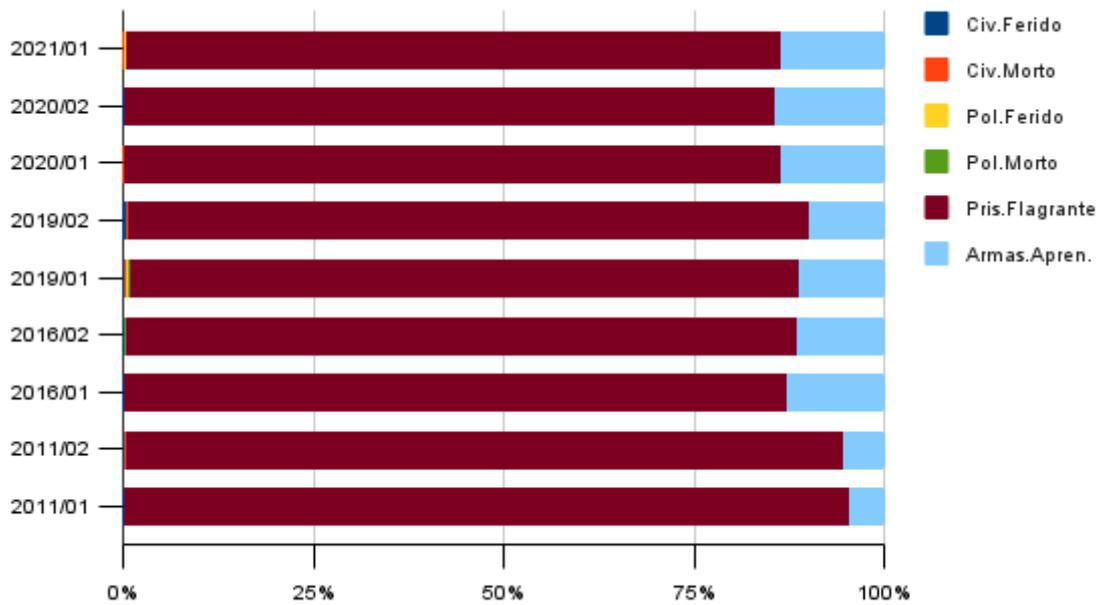
Anexos

Anexo A

	Hom.Dol.Co.	Hom.Dol.Te.	Entorp.Pos.	Entorp.Tráf.	Por/Pos.Ar.	Civ.Mortos	Civ.Feridos	Pol.Mortos
2011/01	184	268	496	1.313	293	0	0	0
2011/02	203	322	488	1.396	345	0	0	0
2016/01	325	344	353	1.154	471	3	2	0
2016/02	354	391	346	896	372	4	3	0
2019/01	154	235	253	1.146	295	0	0	0
2019/02	137	159	847	1.165	218	1	2	0
2020/01	137	163	661	1.108	295	0	0	0
2020/02	108	139	572	1.297	254	0	0	0
2021/01	124	127	805	1.205	252	1	0	0
	Civ.Ferido	Civ.Morto	Pol.Ferido	Pol.Morto	Pris.Flagrante	Armas.Apren.		
2011/01	9	4	0	10	10.317	510		
2011/02	4	33	0	6	8.350	480		
2016/01	3	7	0	0	5.319	792		
2016/02	3	9	0	1	4.072	539		
2019/01	7	10	14	2	3.651	472		
2019/02	11	11	3	1	3.394	382		
2020/01	0	6	4	0	3.506	551		
2020/02	2	6	1	0	3.126	526		
2021/01	0	5	1	0	1.774	279		

Fonte: elaboração própria a partir de Secretaria de Segurança pública do RS (SSP/RS). Lei 11.343/99 (Lei Postal) e Lei 12.954/08 (Lei Stela): **Relatórios com base nas leis n. 11.343/99 (2001 a 2016) e n. 12.954/08 (2008 a 2017)**. Gov.RS, Secretaria de Segurança Pública. Estatísticas. Disponível em: <<https://ssp.rs.gov.br/lei-postal-e-lei-stela>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

Anexo B



Fonte: elaboração própria a partir de Secretaria de Segurança pública do RS (SSP/RS). Lei 11.343/99 (Lei Postal) e Lei 12.954/08 (Lei Stela): **Relatórios com base nas leis n. 11.343/99 (2001 a 2016) e n. 12.954/08 (2008 a 2017)**. Gov.RS, Secretaria de Segurança Pública. Estatísticas. Disponível em: <<https://ssp.rs.gov.br/lei-postal-e-lei-stela>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

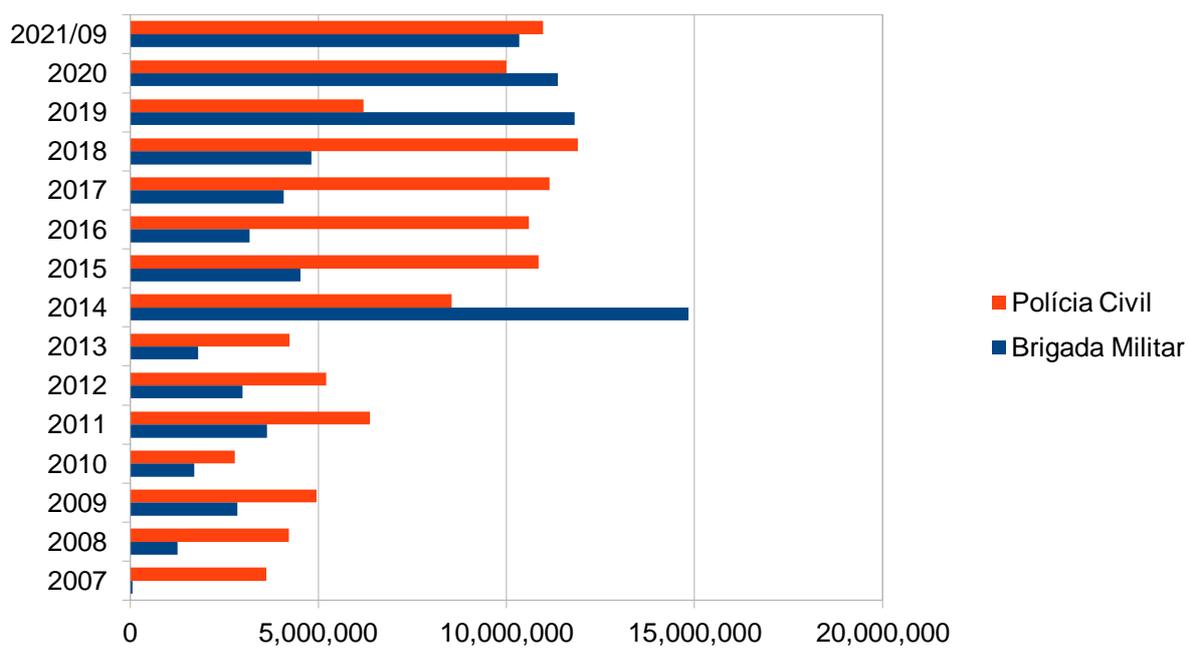
Anexo C

Bairro	IHDM Observações
07. Bela Vista	0,958 H1 L0
08. Belém Novo	0,958 H27 L0
19. Chácara das Pedras	0,958 H3 L0
43. Vila Isabel	0,958 H0 L0
56. Monserrat	0,958 H3 L0
86. Três Figueiras	0,958 H0 L0
70. Rio Branco	0,955 H7 L1
33. Higienópolis	0,953 H3 L1
64. Pedra Redonda	0,953 H0 L0
65. Petrópolis	0,950 H14 L4
10. Boa Vista	0,949 H4 L0
05. Auxiliadora	0,947 H7 L0
55. Moinhos de Vento	0,945 H5 L0
72. Santa Cecília	0,940 H3 L0
12. Bom Fim	0,938 H7 L1
36. Independência	0,934 H2 L0
21. Cidade Baixa	0,932 H30 L2
29. Farroupilha	0,927 H7 L2
46. Jardim Lindóia	0,927 H7 L0
88. Vila Assunção	0,926 H4 L0
54. Menino Deus	0,924 H10 L1
40. Jardim Salso	0,916 H19 L1
87. Tristeza	0,916 H17 L1
18. Centro Histórico	0,914 H90 L8
76. Santana	0,911 H12 L2
80. São João	0,900 H8 L3
37. Ipanema	0,898 H15 L1
38. Jardim Botânico	0,898 H11 L3
26. Espírito Santo	0,891 H10 L0
77. Santo Antônio	0,888 H4 L2
90. Vila Ipiranga	0,888 H17 L4
81. São Sebastião	0,887 H4 L1
84. Sétimo Céu	0,886 (Não consta no Raio X)
06. Azenha	0,884 H17 L0
53. Medianeira	0,879 H18 L1
62. Passo da Areia	0,874 H14 L4
25. Cristo Redentor	0,870 H15 L1
30. Floresta	0,866 H36 L6
68. Praia de Belas	0,865 H17 L2
41. Jardim Europa	0,860 (Não consta no Raio X)
89. Vila Conceição	0,853 H1 L1
44. Jardim Itu	0,852 H77 L7 (Junto a Jardim Sabará)
48. Jardim São Pedro	0,852 H1 L1
79. São Geraldo	0,852 H23 L3
73. Santa Maria Goretti	0,849 H3 L2
47. Jardim Sabará	0,847 H77 L7 (Junto a Jardim Itu)
60. Parque Santa Fé	0,845 (Não consta no Raio X)

85. Teresópolis	0,843 H46 L1
61. Partenon	0,815 H129 L4
32. Guarujá	0,812 H10 L0
45. Jardim Leopoldina	0,811 (Não consta no Raio X)
59. Nonoai	0,808 H47 L1
14. Camaquã	0,803 H23 L2
35. Humaitá	0,802 H56 L2
34. Hípica	0,801 H48 L3
42. Jardim Floresta	0,801 H1 L0
58. Navegantes	0,801 H31 L5
91. Vila Jardim	0,800 H79 L4
24. Cristal	0,799 H92 L4
17. Cavalhada	0,796 H47 L4
01. Aberta dos Morros	0,793 (Não consta no Raio X)
57. Morro Santana	0,776 H59 L0
39. Jardim Carvalho	0,770 H106 L5
92. Vila João Pessoa	0,770 H11 L0
93. Vila Nova	0,770 H124 L3
31. Glória	0,769 H35 L1
82. Sarandi	0,759 H257 L7
71. Rubem Berta	0,753 H533 L9
67. Ponta Grossa	0,746 H19 L1
15. Campo Novo	0,744 H60 L1
75. Santa Tereza	0,738 H254 L2
74. Santa Rosa de Lima	0,721
23. Costa e Silva	0,715 (Não consta no Raio X)
09. Belém Velho	0,712 H51 L6
11. Boa Vista do Sul	0,710 (Não consta no Raio X)
22. Coronel Aparício Borges	0,710 H38 L1
78. São Caetano	0,708 (Não consta no Raio X)
94. Vila São José	0,706 H34 L2
49. Lageado	0,702 H12 L0
03. Anchieta	0,699 H6 L0
13. Bom Jesus	0,699 H104 L1
83. Serraria	0,699 H36 L0
02. Agronomia	0,695 H85 L2
63. Passo das Pedras	0,688 H125 L0
28. Farrapos	0,685 H76 L1
16. Cascata	0,684 H107 L2
27. Extrema	0,681 (Entra junto a Lageado no Raio X, mas no mapa não consta nem H ou L)
51. Lomba do Pinheiro	0,679 H227 L2
66. Pitinga	0,668 (No Raio X da Violência entre junto a Restinga, mas minoria de H)
04. Arquipélago das Flores	0,663 H38 L2
69. Restinga	0,661 H322 L6
20. Chapéu do Sol	0,660 H9 L1
50. Lami	0,643 H42 L1
52. Mário Quintana	0,643 H216 L2

Fonte: ObservaPOA: observatório da cidade de Porto Alegre. Prefeitura Porto Alegre.
Disponível em: <<http://www.observapoa.com.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

Anexo D



Fonte: elaboração própria a partir de Secretaria de Segurança pública do RS (SSP/RS).
Indicadores de Atividades. Gov.RS, Secretaria de Segurança Pública. Estatística. Disponível em:
<<https://ssp.rs.gov.br/indicadores-de-atividade>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

Apêndices



Termo de Autorização para inserir TCC (Graduação) e TCCP
(Especialização)
nas bases de dados da UFPel
Universidade Federal de Pelotas – UFPel
Sistema de Bibliotecas – SISBI
Biblioteca Digital



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

TCC Graduação () TCCP Especialização

Curso: História - Bacharelado

Nome do Autor (1): Leonardo Tavares Pereira

E-mail: leonardotavarespereira1998@gmail.com

Nome do Autor (2):

E-mail:

Título: Aqui se faz um fim para a Vila: a Guerra às Drogas e a criminalização da pobreza
na cidade de Porto Alegre/RS.
.....
.....

Orientador: Adhemar Lourenço da Silva Junior

Co-orientador:

Co-orientador:

Data de defesa: 29 / 11 / 2021

Autorizo a Universidade Federal de Pelotas a, através da **Biblioteca Digital**, disponibilizar gratuitamente em sua base de dados, sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral do TCC (Graduação) e TCCP (Especialização) de minha autoria, em formato PDF¹, para fins de leitura e/ou impressão, a título de divulgação da produção científica gerada na UFPel, a partir desta data.

Autorizo a Universidade Federal de Pelotas, através do **Biblioteca Digital**, a disponibilizar parte do meu trabalho e me responsabilizo por descrever as partes a serem divulgadas, (o arquivo em PDF deve conter apenas as partes a serem disponibilizadas).

Não autorizo a Universidade Federal de Pelotas a divulgar meu trabalho, mas tenho ciência de que as páginas iniciais e o resumo serão disponibilizados para acesso público.

Leonardo Tavares Pereira

Assinatura do Autor

Assinatura do Coordenador do Curso

Data: 12 / 02 / 2022

A Coordenação de Curso deve encaminhar este formulário devidamente preenchido e assinado com uma cópia digital em PDF do trabalho para a biblioteca do referido curso.

¹ Texto (PDF); Imagem (JPG ou GIF); Som (Wave, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, AVI, Q T, MOV); Outros